|  |
| --- |
| **SEMANA NACIONAL DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS**  **“TRABALHADORES QUE RESISTIRAM A DITADURA”**  **COMISSÃO DA VERDADE**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**  **04/04/2013** |

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**04/04/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Audiência pública “Trabalhadores que resistiram à ditadura: Qual o futuro dessa memória?” São Paulo, 4 de abril de 2013. Assembleia Legislativa, Auditório Teotônio Vilela.

Está instalada a 28ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, em parceria com o Projeto “Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo”, no dia 4 de abril de 2013, às 9h30, na Assembleia Legislativa, no Auditório Teotônio Vilela, sobre o tema “Trabalhadores que resistiram à ditadura: Qual o futuro dessa memória?”.

Esclarecemos, ainda, que a Comissão da Verdade de São Paulo pretende realizar todas as audiências abertas ao público.

Então, eu passo a palavra ao companheiro Sebastião Neto, para que faça a organização da Mesa e a condução dos trabalhos. Com a palavra, Neto.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Bom dia.

Dentro da Semana Nacional de Direitos Humanos, nós propusemos duas atividades, aqui no Conselho Consultivo da Comissão da Verdade. Na verdade, a ideia era fazer as atividades; e a Comissão da Verdade incorporou isso.

A questão central que, o Adriano Diogo tem reforçado muito, é que o segmento - vamos dizer assim - “trabalhadores”, não tem tido o devido tratamento, na memória da história política recente desse país. E, por uma feliz coincidência, tem um material aqui - para quem não recebeu, ainda - saiu uma notícia, ontem, que está marcada, para o dia 15, uma reunião com a Comissão Nacional da Verdade; uma reunião formal, protocolar, com as centrais sindicais.

Então, aqui, por sorte, nós temos à Mesa: a Nilza Pereira de Almeida, da Intersindical; o Rogério Nunes, da CTB; o Augusto Portugal, da Associação dos anistiados do ABC; o José Ibrahim, da UGT; o Mancha - Luiz Carlos Prates -, da Conlutas; a Ruth Coelho Monteiro, da Força Sindical; o Adriano Diogo; e a Maristela Monteiro Pereira, da CUT Nacional.

Deveriam estar aqui o Martinelli, e o Stanislaw Szermeta – o Stan está com um tratamento muito bravo, está se recuperando de uma doença muito grave, de câncer, e não sei se ele vai conseguir chegar. Se eles não conseguirem chegar hoje, vamos incorporá-los no debate de amanhã, sem problema; para não deixar de ouvir.

Como esse material vai ser todo gravado e transcrito, a ideia é nós conversarmos com quem for chegando - de que isso é o primeiro subsídio para a reunião das centrais, dia 9, que, depois, vai reunir com a Comissão da Verdade, dia 15; então, foi uma feliz coincidência, Adriano. Parece que a História não acerta por acaso. As pessoas têm que ir fazendo as coisas acontecerem.

A ideia, aqui, é muito simples. Primeiro, é importante - a Milena vai estar no apoio, aqui; a gente transcreveu a matéria do “Valor Econômico” de ontem - que todo mundo soubesse o que é isso aqui. Em essência, é uma iniciativa que a CUT fez - uma carta para a Comissão Nacional da Verdade - na posse do Paulo Sérgio Pinheiro, porque eles tinham sido recebidos em audiência pela Dilma; e colocaram esse problema.

E, pelo que o Solaney falou - que é o dirigente nacional da CUT, responsável - a Dilma falou: “Olha, se vocês não forem atrás, vocês vão ficar fora doa trabalhos”. E encarregou o Brizolinha, que era o ministro, de encaminhar. Não teve nenhum retorno, até uns 15 dias atrás; no dia que o Paulo Sérgio Pinheiro tomou posse.

Então, foi feita uma carta da CUT, perguntando disso. Por outro lado, a Conlutas - que tem tido um papel muito ativo, vamos dizer assim -, o Américo tem coordenado isso. Teve uma reunião em Natal, com a Comissão, e reivindicou a mesma coisa. E pode ser, até, que as outras centrais tenham feito; eu não conheço. Então, to falando do que eu conheço.

Mas, como eu disse, como a coisa não acontece por acaso, nós, não por coincidência, estamos reunidos aqui. E a questão que eu trago para cada um dos participantes é a seguinte; é muito simples, direta e objetiva. Não é contar história de vida. Nós somos, todos, pessoas bastante conhecidas, e as entidades são conhecidas. Vocês vão ter, aí, entre cinco e 10 minutos, cada um - que isso aqui vai dar mais de uma hora se cada um falar menos de 10 minutos -; eu vou avisar com cinco, sete, 10 minutos.

A pergunta é: qual a pauta das entidades, em relação à apuração dos crimes cometidos contra os trabalhadores; e qual a pauta que tem - inclusive no Estado de São Paulo - porque nós estamos na Comissão da Verdade de São Paulo. Então, tem uma questão de dimensão nacional; e tem uma questão, em particular, mas bastante importante pelo peso econômico, e pelo peso político, de São Paulo.

Então, a pergunta direta e objetiva, que eu vou pedir que o nosso decano, aqui na Mesa, que é o Zé Ibrahim, comece. Porque ele chegou mais cedo, vai ser punido; saudade do serviço no quartel - tá procurando serviço, né, Zeca?

Então, que a gente comece com essa questão. Qual é a pauta, qual é a reivindicação? Porque nós podemos discutir intervenção do sindicato; assassinato de dirigentes; vocês têm que lembrar que no Governo Sarney, em 1986, foram mortos mais de 280 trabalhadores rurais; isso é central? É central, as prisões em navio, na orla portuária, em 1964? É central, a destruição que fizeram em Santos? É central, o Metrô de São Paulo, dia 2, ter interventor no sindicato, em Guarulhos? O que é central? Então, essa é uma questão que as centrais, vamos ter que resolver.

Nós fizemos uma pesquisa; até tentei conversar com a Ruth e não tive tempo, hoje; mas já conversei, lá, com o Campos. Nós temos uma denúncia, que havia 1.400 delegados sindicais nos metalúrgicos de São Paulo. Não tem um papel, hoje, nos metalúrgicos de São Paulo, o que aconteceu com esses delegados. Se eles foram desaparecidos; se foram entregues pra CIA; se o DOPS pegou; se não existiam.

Mas tem um depoimento, do nosso grande líder sindical, mais importante, que foi o Nunes - Antonio Carlos Ferreira Nunes - que escrevia uns 40 jornais sindicais ao mesmo tempo; ele denunciou, já em 1965, no jornal do Partido Comunista - que circulava ainda o jornal clandestino - a demissão dos delegados sindicais dos metalúrgicos de São Paulo.

Os pesquisadores trabalharam lá. A Carmen Lucia Lopes; o Murilo Leal Pereira Neto. Falei com o Campos, com o Junior; não tem papel, no sindicato, só isso. Ninguém sabe o que aconteceu. E, nós, tentamos achar os remanescentes delegados sindicais, e não achamos. Está nos livros, mas não achamos. Então, não é fácil ter papel.

Esse documentinho aqui, ó, quem quiser, tem cópia com a Milena - tem uma série de barbaridades. Em 1965, é cobrada; pedem informações sobre pessoas. A coisa, aqui, aparece o João Joaquim, e o João Batista Campos; em 1965, já estão sendo investigados.

Então, é esse universo que nós perguntamos às centrais. Qual é a prioridade da pauta. E qual é o trabalho, que é possível fazer, junto com a Comissão da Verdade de São Paulo.

Vamos lá? Eu aviso com cinco, sete e 10. Quem quer falar primeiro? Ibrahim; e, depois...

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Pode ser eu, mesmo.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Então, o Ibrahim, e, depois, o Augusto. Então, é Osasco e São Bernardo, territorialmente falando.

Ibrahim vai voltar, amanhã, pra falar sobre Osasco.

Você vai falar pela Força Sindical. Ah, territorialmente é Santos. Tá bom.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Eu quero dar meu bom dia a todas as companheiras, todos os companheiros. E cumprimentar, aqui, meus companheiros da Mesa.

Eu quero dizer, inicialmente, o seguinte: que quando houve o Golpe de 1964, eu estava no chão de fábrica. Trabalhava na Cobrasma. Comecei em 1961, dentro da Cobrasma, com 14 anos. E, claro que, nesse período, eu já acompanhava o Movimento, era sócio do sindicato, essa coisa toda. E, eu senti, nitidamente, como um peão de base, jovem que eu era na época, que aquele Golpe era contra nós.

Então, eu acho que, historicamente, nós temos que rever essa questão. O Golpe foi dirigido contra os trabalhadores; contra as conquistas e a mobilização, e capacidade de organização dos trabalhadores, que apoiavam as Reformas de Base, que apoiavam o Governo João Goulart - que era um Governo progressista e que dialogava com os sindicatos. Tanto é, que a Reação, dizia que o Jango queria que instalar uma “república sindicaleira” no país. Então, nitidamente, pra mim, foi isso. Contra nós.

Tanto é, que as primeiras medidas do Golpe, já na madrugada do dia 31, já era prender dirigentes sindicais, já era intervir nos sindicatos. E as primeiras Organizações que foram atingidas, foram os sindicatos; o antigo Comando Geral dos Trabalhadores; o movimento camponês da Vila Camponesa - a prisão do Chico Julião -; e a UNE. Que eram os setores que estavam articulados; que se articulavam, entre si, para sustentar as Reformas de Base, sustentar aquela mobilização toda. Então, companheiros, nós temos que ver isso. A maioria dos nossos sindicatos sofreu intervenção.

E a Repressão não parou por aí; porque depois continuou. Continuou, e vocês sabem o que aconteceu, em 1968, em Osasco, com as greves, as ocupações de fábrica e a intervenção do nosso sindicato. E, naquele momento, competia a mim, presidir e liderar aquele movimento, junto com um monte de companheiros e as comissões de fábrica. E, aí, a Repressão continuou.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ibrahim, fala um pouquinho disso, é importante. Fala um pouquinho disso. Eu sei que o Neto tem esse negócio de horário; mas se você não puder falar de Osasco, daí...

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Esse tema de Osasco, se o presidente me der essa oportunidade, eu falo.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Só lembrar; amanhã tem um debate, específico, sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Está bom, mas vamos lá.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Mas eu vou falar algumas coisas. Por exemplo, Osasco foi um dos primeiros sindicatos que sofreu intervenção; e o presidente do sindicato, na época, o nosso saudoso Conrado Del Papa, que era do Partido Socialista, mas era um aliado bem ligado, mesmo, ao que era a Organização do Partido Comunista em Osasco; que era a Organização mais articulada no movimento operário, principalmente nos metalúrgicos.

O Lino, que era o tesoureiro, esse sim era até do Comitê Estadual do Partido Comunista; também foi preso. Enfim, quem não conseguiu sair fora, foi preso. E nós ficamos lá, aquele pessoal de base; eu era delegado. E o pessoal de base ficou sem o sindicato; o sindicato sob intervenção; e nós... Bom, qual é o objetivo principal? Nosso objetivo principal era retomar o sindicato.

Agora, para retomar o sindicato, precisava ter o mínimo de liberdade sindical. Não tinha direito de greve; a Lei 4.330 tirou o direito de greve, era ilegal. Qualquer greve era ilegal. Não tinha direito a negociação. Quanto mais, organização. Era difícil fazer uma reunião dentro do sindicato; tanto é que a gente fazia nas igrejas.

O Waldemar Rossi está aí e ele sabe, acompanhou, porque aqui em São Paulo ele estava fazendo a mesma coisa. Quer dizer, a gente atuava na clandestinidade, e o nosso objetivo era retomar o sindicato. Conquistar as liberdades sindicais. E, isso, nós fizemos.

Agora, não dava para reunir em sindicato, a gente se reunia clandestinamente; então, nós pensávamos, agora o negócio é a partir da base, a partir da... Porque nós não tínhamos essa experiência da organização de base. As comissões de fábrica ainda eram uma coisa que era uma panaceia, ainda; pra nós, uma tremenda utopia. Nós começamos a fazer isso, lá em Osasco. E foi graças a esse trabalho, que a gente conquistou. Foi a primeira oposição sindical que conquistamos; retomamos o nosso sindicato.

E, a partir daí, o nosso programa de luta era contra o arrocho salarial, pelo direito de greve, contra a Lei de Segurança Nacional, aquela coisa toda. Esse era o nosso programa de luta, e nós realizamos isso aí, nós fizemos isso aí; nós não negamos fogo. E sabíamos o que poderia acontecer pela frente. Mas, também, a gente sabia que era necessário que os trabalhadores descem um grito, que os trabalhadores fizessem alguma coisa; porque a opinião pública brasileira, os estudantes que estavam nas ruas, nesse período de 1968, havia mobilizações.

Mas era mais o movimento estudantil, a intelectualidade, o novo teatro, as músicas - Chico Buarque, etc. E os trabalhadores, onde estavam? A gente estava satisfeito? A gente estava contente com aquela situação de arrocho salarial, de repressão, da lista negra de todas as fábricas? Da polícia infiltrando gente nas fábricas, como aconteceu na maioria das fábricas de Osasco? Entendeu? A gente não estava.

E mostramos, com o gesto da greve, com aquela mobilização, com as ocupações de fábricas, sabendo que ia ter a repressão. Isso nós tínhamos consciência. Enfim, todo mundo conhece o que aconteceu.

Só na Cobrasma, foram presos mais de 600 companheiros. A maioria dos membros das nossas comissões de fábrica - e não era só na Cobrasma -, foram presos; entendeu? Uma parte, como eu, fomos para a clandestinidade. No meu caso, eu e vários companheiros optamos pela luta armada, naquele momento, achamos que não tinha mais como dialogar, não tinha mais como fazer de outro jeito. Não tinha mais espaço. Congresso fechado; então, nós tínhamos que partir para uma outra via. E escolhemos essa, com todos os erros que nós cometemos, com os equívocos, mas foi o que nós fizemos naquele momento; mas, isso aí é outro episódio.

Nós estamos discutindo, aqui, a questão dos trabalhadores. E eu acho que, depois de 1968, a repressão continuou. Muitos companheiros, no ABC, foram presos; que tentavam se organizar, reorganizar, retomar o sindicato, foram presos. Em Guarulhos.

Aqui em São Paulo, inclusive, nas greves de 1978, é... Não... 1989, né?

**O SR. –** Mil, novecentos e setenta e nove.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** De 1979; estava me falhando, um pouco, a memória. De 1979. Aí eu já estava aqui, eu tinha voltado para o Brasil, depois da anistia, até participei dessas mobilizações, principalmente lá na zona sul. Houve repressão, houve prisões, ou seja, mesmo com o início da abertura política, a repressão aos trabalhadores continuou; e nós não podemos dizer que acabou.

Hoje, claro que mudou muita coisa, avançamos, conquistamos espaço; essa coisa toda. Mas, ainda, tem muito que fazer do ponto de vista da própria liberdade de organização, a própria liberdade sindical; era questionada todos os dias; e acontece isso em São Paulo, agora, quanto mais nos outros rincões do país. O movimento camponês, até hoje é reprimido; e são trabalhadores, como nós.

Então, todas essas coisas nós temos que ver, para dizer o seguinte: essa luta, nossa, continua.

E dentro da UGT - hoje eu sou dirigente da UGT -, dentro da UGT, quando estava se discutindo a Comissão da Verdade, eu levantei essa questão dentro da central.

Nós corremos um sério risco, que tudo que aconteceu com os trabalhadores, em todo esse período negro da nossa história, passe despercebido; porque nós temos muitos casos emblemáticos, nós temos casos de desaparecimentos; e assassinatos, em tortura. Um monte de coisas.

E nós? Então, cabe a nós termos uma participação aí, pressionar, inclusive. A gente levantar todos os nossos casos: companheiros que foram presos; companheiros que sofreram a Repressão; companheiros que foram, até, assassinados; companheiros que estão, até hoje, desaparecidos. Que eram dirigentes sindicais, que eram sindicalistas; entendeu? Então, eu levantei isso dentro da central, e, lógico, que os companheiros disseram: “Então, você vai pela central, você vai ficar o responsável; não só porque você tem conhecimento de causa, mas porque você também passou por isso”.

Então, eu dentro da central, eu levantei; nós já fizemos alguns atos, algumas reuniões, sobre isso aí.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Mais três minutos.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Três minutos. Eu fico muito feliz. Eu fui convidado, já, duas vezes pelos companheiros da Força Sindical, a participar de eventos da Força Sindical. E eu acho que, as centrais sindicais, têm até a obrigação e a responsabilidade de se articular entre si, para poder a gente trabalhar e ter parceria com a Comissão da Verdade - tanto as estaduais, como a Comissão Nacional. Eu acho que nós vamos conseguir, estamos caminhando para isso. Para trabalhar articuladamente. Eu acho que isso aí é um problema da classe trabalhadora; não é o problema de uma central. Então, eu acho que nós estamos caminhando para isso e isso é muito bom.

Então, eu ficaria por aqui; mas, antes, o Waldemar Rossi pediu um aparte, e eu posso conceder.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pera aí, pera aí. Dá o microfone. Waldemar, fica aí.

**O SR. WALDEMAR ROSSI –** Só para lembrar, nos seus depoimentos, que a comissão de fábrica da Cobrasma, que era o esteio do movimento sindical, naquele momento, foi extinta por ordem da ditadura. E isso foi, talvez, a maior pancada em cima da organização de base dos trabalhadores, aqui em São Paulo.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** É isso aí, Waldemar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Neto, amanhã vai ter uma específica, sobre a greve de Osasco?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Amanhã é Osasco; Perus; cinema da Sindical do ABC; a Pastoral Operária; a JOC; são os que têm um lugar na história. Esses aqui, estão muito ativos hoje; aqueles, estão mais ou menos bem...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Entendi. Isso aí, a que horas é, amanhã?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** 13h30

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** 13h30. Está bom. Então, vai, continua.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Eu terminei, Neto. Eu...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ibrahim, só uma pergunta. Uma curiosidade. Quando você saiu do país?

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Eu fui preso dia 2 de fevereiro de 1969. Portanto, seis meses depois da greve; que eu estava na clandestinidade; fiquei quase 1 ano preso. Eu saí no sequestro do Embaixador Americano. Eu fui trocado pelo Embaixador Americano; e isso, foi em setembro de 1969.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você foi pro Chile?

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Não, eu fui para o México...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** México.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Depois, eu fui para Cuba. Depois de Cuba eu fui para o Chile – na época quando o Allende assumiu. Eu fui pro Chile, fiquei lá até o Golpe, teve o Golpe; eu saí pela Embaixada do Panamá. Daí, eu fui pra Europa. Os últimos cinco anos, meus - passei 10 fora -, os últimos cinco anos foram na Bélgica.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Tem um filme espetacular, que o Ibrahim tem uma participação ótima, que é o “Hércules 56”.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Eu aconselho todo mundo, a ver esse documentário, que eu acho que foi o melhor que foi feito, até hoje. Espero que haja outros melhores. Mas, esse, é muito bem feito.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** “Hércules 56”. É muito bom. Silvio Da-Rin. Silvio Da-Rin. Está na internet.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Augusto Portugal, agora?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Augusto. Augusto Portugal.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Se apresenta, Augusto, por favor. Se apresenta, e faz a sua introdução.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Bom, antes de me apresentar, companheirada, eu vou pedir a deferência especial pro companheiro Adriano Diogo, presidente dessa sessão, e da Comissão, e também fazer um pequeno relato da nossa luta do ABC. Inclusive, tem o nosso camarada, aqui, o Djalma Bom, velho camarada, nossa referência. Um dos decanos, aqui, como o Zé Ibrahim, dessa nossa luta tão gloriosa, e tão sofrida.

Eu sou Augusto Portugal, apoiei em São Bernardo do Campo, desde 1975. Fui dirigente da greve da Scania, e das greves de 1979 e 1980.

Fundador e dirigente, junto com o Djalma e o Gilson Menezes, da Associação Beneficente Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - mais conhecido como Fundo de Greve.

E atuo, atualmente, na Associação dos Metalúrgicos anistiados do ABC. Uma associação dedicada a processos de reparação, com base na Lei 101559/2002, para trabalhadores que foram perseguidos, pela Repressão e pela patronal, no exercício de seu direito de lutar por direitos nas greves, manifestações e organizações dos trabalhadores. Então, a nossa associação, além de ter essa missão, também luta, mais recentemente, e sobre o âmbito, da influência da instalação das Comissões da Verdade, pela nossa luta pela verdade, memória, justiça; e, reparação; quatro, dos cinco princípios, inscritos na Justiça de Transição.

Então, rapidamente, essa é a minha história.

Eu gostaria de relatar, brevemente, que em São Bernardo do Campo o sindicato foi fundado em 1959.

Primeira diretoria teve como presidente o companheiro Orisson Saraiva de Castro, militante e dirigente do Partido Comunista, que também foi perseguido, logo que a ditadura se instalou. Foi para a clandestinidade, e, durante muitos anos, esteve ausente do Brasil. Isso, da Associação Profissional.

Quando é fundado o sindicato, oficialmente como entidade, da primeira diretoria, que vai de 1961 a 1963, um dos camaradas nossos, é o companheiro Derly José de Carvalho, que, junto com os seus irmãos - os irmãos Carvalho -, eram metalúrgicos da nossa base de São Bernardo do Campo e Diadema. E, tendo origem no Partido Comunista, e, logo em seguida, se filiando ao Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, foram perseguidos pela ditadura. Também recorreram ao recurso da luta armada. E o companheiro Derly José de Carvalho, acabou sendo um dos nossos militantes de direitos sindicais de São Bernardo, do sindicato, que foi perseguido, foi preso, torturado, e foi banido, se não me engano, naquele sequestro do embaixador alemão, ou suíço.

**O SR. –** Do alemão.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Do alemão. O companheiro Derly Carvalho era dirigente, militante da ala vermelha do PCdoB.

Então, essa história começou cedo.

Logo depois do Golpe, as nossas diretorias compunham militantes, das diversas Organizações de Esquerda, que atuavam na região - Polop, AP, PCdoB, PCB. E um registro digno, desse momento, é a nossa participação na Praça da Sé, em 1968; na organização de lutas e greves, lá em São Bernardo do Campo.

Com a Repressão, continuou o trabalho clandestino dentro da fábrica. Tanto parte da direção sindical, como da militância, passaram a operar; enfim, que a gente vai ver amanhã – e as demais Organizações que atuavam.

Mas, rigorosamente, o que aconteceu foram lutas bastante isoladas, às vezes, de Secções, e muita perseguição, muita repressão; companheiros na Volks, na Ford; enfim, relatos que ainda estão por ser feitos.

Em 1978; já em 1977, inclusive, com esse período de efervescência política, que começa a ser retomado, no Brasil – a luta dos estudantes, em 1977, é um bom exemplo - cala fundo na alma e na disposição de todos aqueles que lutavam, inclusive, nós, trabalhadores, especificamente do ABC.

Em 1977, a gente começa uma grande luta, liderada pelo sindicato – da luta pelos 34,1%. E, em 1978, com algumas paralisações parciais, que já aconteciam na Ford, e tal, nós, da Scania, entramos em greve; e toda fábrica lutou, no dia 12 de maio de 1978. Uma greve que foi pioneira, que teve características, de organização, muito importantes.

Em 1978, 1979 e 1980, além de nós – digamos assim – fazermos a nossa parte, lá no ABC, com nosso sindicato, a Diretoria do sindicato, e um grupo grande, enorme, de companheiros, de Organizações de Esquerda, de militância na fábrica, continuamos na nossa luta por direitos. Fomos à greve, em 1979; 1978, ainda, é um ano que nós atuamos, politicamente, muito forte.

Fizemos o nosso 3º Congresso dos Metalúrgicos, em outubro, um Congresso que teve a presença de companheiros da Oposição Sindical; de outros sindicatos. Em junho, nós participamos, com uma Delegação grande - de São Bernardo – e outras Delegações de outros sindicatos - já numa prévia articulação, daquilo que se convencionou chamar de sindicalismo autêntico -, participamos do 5º Congresso da CNTI, no Rio de Janeiro; onde, também, nós acabamos por definir um tom político, de que a luta dos trabalhadores, também, além de lutar por seus direitos, era a luta por liberdades democráticas, pela Constituinte, pela anistia; enfim, era a luta política contra a ditadura.

Então, 1978, 1979 e 1980, foram anos importantes. Não há quem não se lembre da greve de 41 dias – 41 dias de resistência e luta, com manifestações de massa, com apoio, grande, ao nosso Fundo de Greve...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Cinco minutos.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** E, um registro, que eu acho que é importante, é que, 1978 a 1981, foram anos de criação de formas de luta - nas fábricas - livres, independentes, buscando a liberdade e a autonomia sindical que os sindicatos, e, todos nós, queríamos. Foram anos de ocupações de fábricas, comissões de fábrica, cujo exemplo, maior, é da Ford, em 1981.

Respondendo, mais objetivamente, agora – pra concluir, Sebastião Lopes Neto, e Adriano Diogo - qual o futuro da memória, nossa? Eu diria que, o presente da nossa memória, é, realmente, aprofundar esta nossa articulação concreta, em torno de iniciativas, atividades, que não se restrinjam àquelas atividades pioneiras e gloriosas, como o Projeto “Memória da Oposição Sindical”, e outros poucos, infelizmente, projetos que a gente tem.

É tempo de nós constituirmos, no presente, uma rede de entidades, iniciativas comuns. A CUT, por exemplo, já tem participação ativa. Tem um departamento de documentação primoroso, valioso - infelizmente, isolado; não é a regra das entidades sindicais. A CUT vai participar da 3ª Jornada dos Arquivos dos Trabalhadores, agora em setembro. Enfim, são iniciativas que nós devemos multiplicar, articulando as entidades sindicais e as entidades populares, entidades civis; porque, na verdade, o Projeto “Memória da Oposição”, a nossa Associação dos Metalúrgicos anistiados, são associações de trabalhadores, mas não são associações sindicais.

O fato, é que essa é a tarefa urgente, prioritária, felizmente crescente, da necessidade de produção de história. E memória. Mesmo porque, muitos camaradas já estão se indo. Mas nós temos um objetivo muito claro. Nós temos, sem dúvida - eu não concordo muito, que a história dos trabalhadores tem sido minoritária na descrição. Há muita produção. Mas não é uma produção articulada, diretamente, pelas entidades, pelas associações, pelos militantes que participaram; e, sim, uma produção articulada com o nosso apoio, com os camaradas, com os estudiosos, enfim, que muito vem contribuindo para recuperar essa história.

O fato, é que essa história é importante para registro, para aprendizado - com essas práticas de luta. E, fundamentalmente - no meu juízo -, para continuar a luta contra a opressão dentro da fábrica, contra o controle industrial, despotismo de fábrica, contra a repressão e tortura que vêm aumentando no Brasil. Tem uma pichação muito boa, que a gente vê por aí. “A ditadura acabou, mas não avisaram a polícia”.

A tortura é uma prática constante, permanente, dirigida contra a população pobre. A tortura é classista, a história é classista, e acho que cabe a nós, trabalhadores, levantarmos o sentido amplo, democrático e geral, da perspectiva classista, que os trabalhadores têm, de reconstrução de história.

E, para terminar, então, respondendo qual o futuro dessa memória? É isso. É articular ações, integrações, fundamentalmente redes de trabalho, de troca de experiência, mas redes articuladas, constantes.

Registrar que, na 2ª quinzena de maio, nós vamos ter duas atividades: uma da Comissão da Verdade, aqui; e a outra das entidades, de caráter político e sindical, em torno da memória do camarada Olavo Hansen, que é um símbolo da perseguição e luta que foi desenvolvida, desde 1964, contra os trabalhadores, pela ditadura e pela patronal.

E respondendo, objetivamente, à pergunta do Neto, que é extremamente preciosa, eu entendo que a pauta que nós devemos desenvolver na prática, entre nós, mas junto à Comissão da Verdade Nacional, é uma prática que avalie os crimes da ditadura contra os trabalhadores. Que vão, desde a criação da Legislação Anti-Greve, a 4330 - uma das primeiras legislações que a ditadura cria -; intervenções sindicais; enfim, todo esse aparato de controle operário e sindical; e dos trabalhadores do campo.

Mas, ao meu juízo, investigar as demissões e perseguições de sindicalistas, de militantes; investigar todos os aspectos repressivos, dos policiais militares, que aconteceram, e a consequência da negação do direito ao trabalho, desses companheiros e camaradas, pelo desemprego, pela perseguição política.

E, fundamentalmente, também, a identificação da articulação empresarial, com a Repressão. Citando, apenas, um caso, que é o meu caso pessoal. Eu descobri, no meu “habeas data”, em 1977, que toda a minha documentação na Scania - documentação de caráter privado -, ficha de admissão, ficha funcional, ficha admissional, tudo isso havia sido entregue à Seccional do DOPS, no ABC, pela empresa. Fato atestado pela declaração de recebimento do delegado. Esses dados, meus, identificaram os funcionários da Scania, que entregaram. Então, a certeza da impunidade era tão grande, que eles faziam o que queriam. Esse meu caso, é um caso pessoal. Há dezenas de casos registrados, com o mesmo caráter. Em outros países, isso ocasionava a morte, a perseguição de vários companheiros. Mas, enfim, essa pauta, das entidades, ao meu juízo, deve conter os crimes da ditadura e os crimes empresariais de demissão e perseguição de militantes, a sua articulação junto à Repressão, e a identificação do “modus operandi”, e de fatos concretos, da articulação empresarial.

Para concluir definitivamente, nada mais simbólico que, na greve de 1980, os helicópteros do Exército pousando no pátio da Volkswagen, no Brasil. Esse é um dos símbolos - que são dezenas que nós temos - que nós precisamos recuperar. Mas, sempre, com o sentido classista e de luta, de combate à repressão dentro das fábricas, à tortura; enfim, da ação do Estado e do empresariado contra os trabalhadores e o povo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Portugal, eu queria fazer uma pergunta - não queria interromper a sequência de depoimentos, não quero quebrar essa disciplina, porque vai ser uma manhã longa - e acho que você, que representa esse segmento do ABC, da CUT, acho que é importante.

O Ibrahim falou daquele documentário, do Hércules, que é, realmente, um dos documentários mais bem feitos. Eu queria fazer um comentário, e depois eu queria voltar a isso. Para a gente reunir todo o material das greves, das lutas operárias, mas queria te falar uma coisa. Aquele cineasta Barreto, o Barreto pai, fez um filme - “O Que É Isso, Companheiro?” -, que eu considero um dos maiores desserviços à nação, e à luta do povo brasileiro, com uma contribuição, enorme, da versão que o Fernando Gabeira tinha dos fatos.

Aí, o filho do Barreto, talvez tentando corrigir aquele absurdo daquele “O Que É Isso, Companheiro?”, fez um filme sobre a história da mãe do Lula, e do Lula. Eu nunca tinha assistido àquele filme, com calma. Outro dia, assisti. E eu queria, depois, que a gente - está o Djalma bom aqui hoje -, que a gente assista àquele filme com calma, porque essa família Barreto continuou fazendo um desserviço à nação.

A forma que a organização do sindicato de São Bernardo é apresentada, antes da diretoria do Lula, e do pessoal do Lula, é péssima. O registro do Golpe, não fala em Golpe. E fala em abril, já em abril, de uma forma adiantada, fala de uma forma de repressão que o sindicato teve, e tal. E, aquilo, oficialmente, apareceu como a história do Lula e dos trabalhadores do ABC. E, aquilo, não tem nada a ver; inclusive em relação à família, à história pessoal; uma coisa horrível, horrorosa.

Só queria fazer esse registro para: como que essas versões, que acabam prevalecendo, acabam virando verdade, acabam virando história. E dizer que - não pode se esquecer, também - que foi num dia 1º de Maio, na greve, que chegou a notícia da morte do Fleury.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Do Fleury; exatamente.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Adriano; é verdade. Há uma grande documentação, nós temos, só de São Bernardo...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Vocês têm, lá na TVT, um monte de coisa...

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Grande acervo.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** ... que pouca gente conhece.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL** – Exatamente. E filmes conhecidos por todos, como “Linha de Montagem”, do Renato Tapajós; o “ABC da Greve”, do Leon Hirszman. Enfim, há vários filmes, importantes, que retratam essa condição de luta, de uma forma real, combativa.

Eu só queria passar à mão do relator, um documento, a resolução do 7º Congresso do nosso sindicato, em outubro de 2011. Uma separata sobre cultura, memória e história de direitos humanos. Que é a política que a gente vem desenvolvendo, junto às entidades, que tratam das questões de memória, de história; do ponto de vista de uma perspectiva classista e democrática. Eu vou passar à mão do relator.

E essa é uma contribuição desenvolvida pela AMA-A - Associação dos Metalúrgicos anistiados -, uma das associações que a gente participa; e da Associação Utopia e Memória – Aum -, que também é uma associação que trabalha com a perspectiva da memória e da história, de vários companheiros ex- metalúrgicos. Então, acho importante, depois vou enviar para os camaradas das centrais; enfim, está à disposição.

Eu acho que é uma política que tem que fundamentar a nossa articulação, a nossa ação, o nosso processo de reconstrução.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Só uma coisa... Bom, as palmas... (Palmas.)

O Augusto conseguiu, nessa documentação dele, uma lista muito importante. Acho que é melhor você explicar, Augusto. Essa... aqui tem você, o Elias...

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Sim, sim, sim.

É o seguinte, né, companheirada, a verdade é que, embora haja absoluta necessidade da abertura de todos os arquivos, a gente tem que catar, a gente tem que pesquisar. É um trabalho exaustivo, e acho que nós temos vários companheiros que vêm pesquisando. Eu acho que nós temos, inclusive, companheiros nossos, o Elias é um deles. Lá, em São Bernardo, nós temos três ou quatro companheiros que adquiriram a técnica porque estudaram, ou se formaram.

Enfim, nós temos que pesquisar. E essa pesquisa da minha documentação – recentemente, pesquisando o arquivo do Estado, eu achei, inclusive, um documento inédito, que é a transcrição da ata... É a transcrição, o relato - da assembleia de fábrica que nós fizemos na greve da Scania - por um agente policial. É um documento que eu, no meu “habeas data” não recebi; mas, pesquisando, achei.

E essa lista negra – a famosa lista negra - com mais de 400 nomes, de São Bernardo, que era uma lista dos ativistas identificados pela Repressão; e, pelas empresas; já que eram informações típicas de quem tem o controle da empresa. Informações de endereço, de profissão, enfim...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Seção que o cara trabalha...

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Seção que a pessoa trabalha. Então, são mais de 400 companheiros identificados; e que é um documento que, também, não vem quando a gente faz uma pesquisa oficial.

Aliás, o companheiro Lulinha - Luiz Soares da Cruz, companheiro valoroso de São Bernardo - que descobriu. E a gente começou a divulgar; eu passei esse documento, em 1977, para a Comissão de anistia, para a Beatriz Bargieri, exatamente, então relatora.

Ou seja, a articulação empresarial, se é clara e nítida, depende fundamentalmente do nosso trabalho; porque tudo conspira a favor da articulação, do ocultamento, da ação empresarial. É, a responsabilidade social das empresas é antiga; só que sempre foi a responsabilidade social com a repressão, com a exploração, com, enfim, a perseguição dos trabalhadores em luta. A verdadeira parceria público-privada se iniciou entre os órgãos de repressão e as empresas.

Então, a gente precisa pesquisar. A iniciativa, pioneira, do Projeto “Memória da Oposição”, em outras ações, vem começando a puxar o fio dessa história. Mas deve ser como a ponta do iceberg - com uma multidão, com um volume, fundamentalmente oculto -, que nós precisamos desvelar.

Então, essa é a informação que o Neto me pediu, sobre essa lista negra dos ativistas e militantes, de São Bernardo do Campo e Diadema, na greve de 1979.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** O documento está aqui, tá?

Registrar a chegada do Stanislaw Szermeta, que a gente chama de Stan, da ANAP. Se você tiver problema de horário, Stan, você quer prioridade pra falar? Ou, você espera um pouco? Tudo bem?

Então, o Mancha. Luiz Carlos Prates.

**O SR. LUIZ CARLOS PRATES –** Bom dia a todos e todas. Bom dia Neto; deputado Adriano; e todos os companheiros da Mesa, companheiros da central.

Eu acho que é muito importante a iniciativa desse evento, para a gente resgatar a memória, e a história, do movimento operário.

Pessoalmente, eu sou metalúrgico; atualmente, metalúrgico da General Motors, em São José dos Campos.

Estou representando a CSP-Conlutas.

Fomos perseguidos, também, pelo regime militar, sendo monitorado, quase que a minha vida toda, pelo DOPS.

Trabalhei em várias empresas, fui demitido de várias empresas. Um exemplo clássico, aqui, é a Monark. A minha ficha funcional da Monark estava no DOPS, quando a gente foi pesquisar, também.

E, também, sou parte de um grupo, que é o grupo de perseguidos da Convergência Socialista, uma Organização que, na década de 1970, 1980, lutou contra o regime militar e teve seus membros perseguidos. Então, nós temos um grupo que está fazendo atividades, também reivindicando a reparação.

A CSP-Conlutas tem trabalhado, pelo menos nos últimos anos, no sentido de resgatar a memória, resgatar a participação dos trabalhadores no combate ao regime militar.

Nós já realizamos diversas atividades; o Adriano Diogo já participou de várias delas; o Neto, também, teve oportunidade; membros da Comissão da anistia; o Paulo Abrão, também, já participou.

Sempre, quando nós realizamos um Congresso, nós trazemos esse ponto em pauta, para poder fazer esse debate entre os trabalhadores.

Exatamente, porque nós achamos - o primeiro ponto que nós temos que desmascarar em relação ao Golpe Militar, que foi falado pelo Ibrahim, é que o Golpe Militar foi um Golpe de classe.

Existe uma lenda, que o Golpe Militar, no Brasil, não teria atingido os trabalhadores; não teria havido resistência; e que era um consenso da sociedade. E, isso, é uma mentira deslavada.

Então, a primeira coisa é resgatar a memória. Foi um Golpe de classe. Apoiado pela CIA. Apoiado pelos setores empresariais. E que tinha, como objetivo, esmagar a resistência da classe operária, dos trabalhadores, que vinha avançando.

Então, nós temos que levantar, através de dados, as perseguições, as mortes, as prisões, as centenas de milhares de trabalhadores que foram, em greve... Que, depois que entraram em greve, também foram reprimidos; ou seja, trazer essa memória para desmascarar essa situação, que o Golpe Militar não foi um Golpe... Ou a ditabranda, como já se falou através da grande imprensa.

Então, acho que essa primeira tarefa que nós, as centrais sindicais, têm que fazer isso. E isso pode ser feito, por exemplo, fazendo Comissões da Verdade nos sindicatos, nas centrais, para apurar a participação das empresas; apurar a participação das empresas, porque eram as empresas que forneciam material de repressão - desde a frota de veículos, era fornecida pelas empresas. E as informações, o financiamento.

Agora, quando se abriu os arquivos do DOPS, se viu que a Fiesp, gente da Fiesp frequentava, quase que cotidianamente, a sede do DOPS. Assim como membros de Embaixadas, desde o Japão, dos EUA, que também frequentavam a sede do DOPS, numa cumplicidade, evidente, com o regime militar.

Inclusive, figuras hoje, da política, que continuam posando de democráticas, mas que, também, colaboraram com o regime militar.

Eu acho que, essa visão de classe, é o primeiro elemento que nós temos que fazer. E, exatamente, por quê? Porque é necessário destruir o aparato de Repressão. Porque, esses métodos que foram utilizados, hoje eles continuam sendo utilizados, de maneira, talvez, mais sofisticada.

Por exemplo, em relação à relação das empresas – que se dava através do DOPS. Hoje, os Recursos Humanos das empresas – e, particularmente, dentro das fábricas, da indústria privada -, os Recursos Humanos, dentro das empresas, eles fazem verdadeiros relatórios. Semelhantes a esses relatórios que eram feitos pelo DOPS. Semelhantes.

Eu, em particular, eu fui demitido, se não me falha a memória, em 1996, mais ou menos, da empresa. Na General Motors. E, ao pegar o processo, os relatórios que eles faziam era acusação – que era comunista; que era infiltrado; que fez assembleia tal, em tal momento; o que fez de manhã; o que fez à tarde; e tal. Então, é tudo parte do processo, público, que as empresas continuam, até hoje, fazendo isso. Exatamente por quê? Porque não foram penalizadas por aquilo que fizeram durante o período da Repressão; e continuam fazendo dentro das fábricas.

Porque, se é verdade que fora, conquistamos o fruto da luta, conquistamos algum grau de liberdade; dentro das empresas, a situação de falta de liberdade de organização, falta de liberdades políticas, ou liberdade pra fazer qualquer coisa, continua. E o sistema de vigilância – seja através de relatórios constantes, monitoramento através de câmeras, também funciona.

E não precisa ir muito longe. Agora – teve uma reportagem, no mês passado, aí – que falava como que funcionam os organismos de repressão, hoje, dentro do Governo Federal. A greve do funcionalismo federal, ela foi monitorada com arapongas. Com arapongas. A Abin, ainda, está dentro do Palácio do Planalto.

Ainda existe isso. E é necessário liquidar. A gente tem que fazer a memória pra poder liquidar com esse processo, também.

Outro fato, que ficou mais ou menos escandaloso: nas obras de Belo Monte, onde a empresa contratou uma pessoa para poder infiltrar no movimento dos trabalhadores, tanto no movimento Xingu Vivo, quanto nos movimentos dos sindicatos, pra poder fazer relatórios. E, esses relatórios, levaram à prisão de pessoas.

Então, se a gente não faz, não resgata essa memória, esses fatos continuarão acontecendo. E nós precisamos liquidar; acabar com esse aparelho de repressão, que muitas vezes – muitas vezes, não –; que, agora, têm uma outra cara, uma outra faceta, que é através da criminalização dos movimentos sociais.

Quem abriu os jornais dessa semana, vê – parece que, nos primeiros 15 dias, foram mortos parece que dois companheiros. Isso, pra falar nos últimos 15 dias. Isso, porque é uma situação de impunidade.

Então, nós achamos muito importante que a gente consiga fazer dossiês que levantem: as greves que ocorreram; a repressão que ocorreu; as demissões que ocorreram. Inclusive, a exigência de reparação, não só do Estado, mas reparação, também, por parte das empresas, por terem feito essas questões.

Uma outra questão, que também nós achamos que é muito importante, e decisivo para a continuidade da luta pela anistia, a luta pela reparação, a luta pra gente resgatar a nossa memória. É a farsa que se tem em torno da anistia. Não sei se vocês ficaram sabendo – acredito que sim.

O Clube Militar... O presidente do Clube Militar, o presidente do Clube Naval, e o presidente do Clube da Aeronáutica, no dia 31 de março, soltaram uma nota que, simplesmente, reivindica o Golpe Militar.

Ou seja, diz que houve uma intervenção do Exército em benefício da nação brasileira.

“E, não obstante, em desespero de causa às minorias envolvidas na liderança da baderna que pretendia instalar no Brasil, tentaram se reorganizar. E, com capital estrangeiro, treinamento no exterior, e apoio de grupos internacionais que almejavam empalmar o poder para fins escusos, iniciar ações de terrorismo com atentados à vida de inocentes, que, por acaso, ou por simples dever de oficio, estivesse no caminho dos atos delituosos que levaram a cabo. E que, não venham, agora, esses democratas da revista, falar em Comissão da Verdade”.

Ou seja, os que, aqui, representando pelo menos uma parte do pensamento, exatamente porque existe impunidade.

O Brasil é o único país onde aqueles que puniram; aqueles que torturaram; aqueles que prenderam; continuam soltos. E não só continuam soltos.

E se fala da anistia. Se fala que a anistia foi um ato de conciliação, quando não foi verdade. A lei da anistia, que foi promulgada; os setores que combatiam o regime militar foram contra; porque, quando se falava em anistia ampla, geral e irrestrita, é porque teria que ser uma anistia que não fosse, só, uma anistia para quem tivesse feito manifestações, tal. Mas que fosse praqueles que, inclusive, pegarem em armas. Então, era anistia ampla, geral e irrestrita para todos os lutadores contra o regime militar.

E não uma anistia para os torturadores, não existe anistia para os torturadores. E se não se mexer nisso, não se mexer na resolução do STF, que diz que tem que se esquecer, que a lei foi para os dois lados, vai continuar esse clima de impunidade que permite que setores militares tenham a ousadia de, no dia 31 de março, comemorar o Golpe, dizendo que está se tentando culpar só um lado, que eles também têm... Houve vítimas, dos dois lados, o que é uma aberração; uma aberração do ponto de vista histórico, uma aberração total.

Portanto, a reversão dessa lei da anistia, a punição dos torturadores, tem que estar na pauta do movimento sindical. A punição dos torturados, a punição das empresas, a reparação moral, política e econômica, de todos aqueles que foram atingidos pelo Golpe.

Então, acho que essas tarefas, são tarefas que estão postas; e que o movimento operário, como teve um papel fundamental - teve um papel fundamental para derrubar o regime militar, foi importante nas manifestações que houveram. As manifestações estudantis, e inclusive aquele momento a unidade que houve entre elas, vocês se lembram em 1977, quando houve a prisão do Zé Maria, e do Celso Brambilla, no ABC, por simplesmente estar distribuindo um material, um panfleto, dizendo o que que era o dia 1º de Maio, que era o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Foram presos, torturados - por dias, torturados - e só não morreram, porque houve uma reação muito forte do movimento estudantil, na época; onde foi a USP, onde surgiram as grandes manifestações, como se fala, o apito da panela de pressão.

O movimento estudantil saiu às ruas, a juventude, no país todo. Grandes manifestações, grandes movimentos, que foram muito importantes. Mas a entrada decisiva da classe operária, 1979, as grandes greves, é que fez com que o regime militar, que apostava em uma saída negociada, numa abertura, fosse obrigado... Fosse derrubado depois; posteriormente.

Então, nós que jogamos esse papel fundamental, agora, também, podemos e devemos jogar esse papel - de trazer á tona uma verdadeira Comissão da Verdade; e de Justiça. O

Em primeiro lugar, recoloque que o lugar que teve os trabalhadores e o povo, nesse Golpe, denuncia o caráter de classe desse Golpe, que coloca como tarefa que nós temos a extinção de todo aparato de repressão e de vigilância sobre o movimento sindical; movimento popular; e acabar com a criminalização dos movimentos sociais; e, também, que termine com a posição de punição para as empresas, punição para os torturadores que é a única forma de você acabar com essa dívida histórica que tem, o nosso país, em relação às conquistas democráticas e às liberdades democráticas. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Ruth.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Bom dia, companheiras e companheiros; camaradas. Eu acho que uma grande parte aqui...

Eu queria, em primeiro lugar, me apresentar. Meu nome é Ruth Coelho Monteiro.

Eu estou, atualmente, como Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical. Sou dirigente sindical, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário da Baixada Santista, Vale do Ribeira e Litoral. E, também, sou esposa de um grande sindicalista, Arnaldo Gonçalves, metalúrgico de Santos; que, durante muitos anos, foi presidente daquele sindicato, e participou - eu acho que os mais antigos, aqui, conhecem a participação e atuação do Arnaldo Gonçalves no movimento sindical - na 1ª Conclat, 2ª Conclat; na pró-CUT, na Comissão Nacional pró-CUT.

Eu quero saudar o presidente da Comissão, Adriano Diogo, pela instituição; pela própria instituição da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva; e, também, por essa audiência pública, na qual eu não vejo mais, também, muitos deputados envolvidos. Mas eu acho que é uma importante iniciativa, que essa Casa fez; e, principalmente, por ter chamado o movimento sindical. Quero agradecer o Neto, pelo convite.

E, eu gostaria de iniciar, reforçando a visão que o José Ibrahim, e, especialmente, também, o companheiro Mancha, aqui colocaram, de que, realmente, o objetivo maior do Golpe, da ditadura, foi acabar com as conquistas e o avanço do movimento sindical; e da luta dos trabalhadores; e dos direitos dos trabalhadores. Isso, tanto é verdade, que, até hoje, nós não conseguimos recuperar as condições que existiam antes de 1964; até hoje, nós não temos a liberdade de organização dentro das empresas, quando, naquela época, a gente já tinha os delegados sindicais.

A gente vê o quanto reduziu massa salarial; o quanto reduziu conquistas sociais em geral, dos trabalhadores, durante todo esse tempo. Então, a gente vê que o objetivo maior desse Golpe, de tudo isso, foi para passar um modelo de desenvolvimento diferente daquele que estava sendo aprofundado no momento; diferente daquela democracia; e que, na verdade, a perseguição não foi só a perseguição aos comunistas, mas foi a perseguição aos sindicalistas, especialmente.

E, embora não tenha nascido em Santos - eu vivo lá desde 1976 - convivi com muitos dos sindicalistas, e trabalhei muito em sindicatos, na época, como jornalistas; em vários sindicatos: portuários, sindicatos químicos, metalúrgicos, urbanitários, rodoviários, enfim...

E conheci pessoas como Leonardo Roitmann; Osny Neri; como o Sr. Cláudio, dos Químicos de Santos; todos que ficaram presos no Raul Soares - que era um navio onde se levavam os dirigentes sindicais, onde eram torturados -; e Marcelo Gato, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, também.

Então, convivi com todas essas pessoas. E, inclusive, a história dessas pessoas pôde... Muitos deles conseguiram ser gravadas pelo arquivo da cidade de Santos; tem os depoimentos dessas pessoas. E eu acho que, também, é importante resgatar, dentro desse arquivo - no arquivo da cidade de Santos, tem o depoimento desses dirigentes sindicais, de alguns. De alguns não foi possível, porque eles já haviam falecido, quando se iniciou esse projeto.

Mas eu acho que o que é importante, é a gente notar, é que, se a gente não revirar essa história, não colocar ela à luz, e, realmente, não seguir o caminho de que, ao levantar a memória, na verdade, trazer à luz aquilo que durante mais de 20 anos ficou enterrado, ficou submerso, ficou oculto, só de conhecimento de uma pequena minoria, se a gente não trouxer isso, a gente corre vários erros, e vários riscos.

Um, é aquela questão de a gente, realmente, não ter uma possibilidade de reparação; de justiça e reparação. Agora, eu acho que mais do que justiça e reparação - que a verdade pode vir a trazer -, eu acho que é a questão de auxiliar na luta atual. Porque, como o companheiro Mancha falou, é super importante, na questão das práticas antissindicais, a gente ter punições; e punições para as empresas. Porque, eu acho que não basta o Estado indenizar; não basta o Estado se desculpar; ou, não basta a gente fazer tudo isso, se a gente, também, não chegar às empresas; que foram, não só coniventes, mas elas foram co-agentes.

Na verdade, as empresas, sem a participação delas, não teria como os órgãos de repressão ter todas essas informações. Então, na verdade, as empresas também devem ser punidas pelo que elas fizeram. Aquelas que ainda existem, por exemplo, elas têm que ser... Elas têm que, primeiro, trazer essas informações a público.

Elas têm que, assim como nós conseguimos avançar, publicamente, na lei de transparência - que os órgãos públicos têm que dar as informações -, nós ainda não conseguimos chegar, nem perto, na transparência das empresas. Então, as empresas, elas são umas coisas assim – intocável -, como dizia o nosso companheiro Magri, imexível. E, eu acho que a gente não pode, porque a empresa tem uma função social; e, se ela tiver uma função social, ela tem que responder para as sociedades onde ela vive, também.

Eu acho que as empresas, elas têm que abrir, sim, também, essas informações das pessoas que elas demitiram; e por que demitiram. E elas têm esses dados. As empresas têm esses dados. De quem foi demitido, a época que foi demitido, e por que foi demitido; elas têm.

Depois, eu acho que, também, a gente não pode deixar de tocar na questão das Forças Armadas. A gente só fala em DOPS, mas ninguém pega os arquivos do Exército, ninguém pega os arquivos da Aeronáutica, ninguém pega os arquivos da Marinha. Exército, Aeronáutica, e Marinha, participaram ativamente.

Esse navio, Raul Soares, estava sob comando da Marinha. Então, eles têm os arquivos. A Marinha tem, o Exército tem e a Aeronáutica tem. E onde é que estão esses arquivos? Onde é que estão essas informações? É uma coisa delicada? È. Sempre que se fala em Forças Armadas, dá até medo. Principalmente nós.

Eu acho que, num Estado Democrático de Direito - que é aquilo que nós estamos tentando construir -, eu acho que é fundamental que as Forças Armadas sirvam ao seu povo; e, também, passem pelas mesmas leis dos demais órgãos públicos.

Então, se existe uma lei de transparência, que vai para o Executivo, para o Legislativo, e para o Judiciário - são os três Poderes que nós temos constituídos -, as Forças Armadas, que são submissas, ou deveriam ser, aos chefes de Estado, elas também têm que passar por esse crivo. E o Ministério da Justiça, talvez fosse um órgão que deveria comandar esse processo.

Enfim, eu acho - aqui eu não preciso contar a história - porque o público que está aqui conhece muito bem; sabe o que foram esses anos de repressão, o que foram esses anos de ditadura. E, o quanto isso prejudicou, não só os dirigentes sindicais; mas os trabalhadores; aqueles que eram ativistas; os que eram delegados sindicais; os que nem eram delegados sindicais, mas eram, simplesmente, ativistas, e perdiam seus empregos; e, depois, nunca mais conseguiam emprego em lugar nenhum. Tinha que cair, assim, em uma clandestinidade dentro do próprio país, porque estavam nessas listas, e não tinham um esquema maior por trás deles. Às vezes, não pertenciam nem a nenhum Partido Político, desses mais organizados; e, enfim, essas pessoas foram prejudicadas; a família delas foi prejudicada.

Foram, assim, coisas que não têm nem como consertar, não tem nem como... Mas, eu acho que essas pessoas devem ser identificadas. Eu gostei muito dessa frase, aqui, no livro da participação do empresariado - das propostas para a Comissão da Verdade; uma frase que eu achei, do Walter Benjamin, eu achei fantástica: “É mais difícil honrar a memória dos anônimos, do que a dos renomados”. E é verdade. A construção histórica se dedica à memória dos anônimos. Daqueles que não eram políticos; daqueles que não eram famosos; daqueles que não tinham cargo; daqueles que não tinham mandato. Mas que sofreram tanto e quanto, ou mais – ou mais -, do que os outros, que puderam, até, sair do país. Ou que puderam, de alguma forma, serem resguardados, e serem protegidas as suas vidas e suas famílias.

Então, eu acho que isso é um trabalho, assim, hercúleo – esse hercúleo me veio, do filme, aqui, do Hércules 56 – mas é um trabalho, hercúleo, fazer esse levantamento. E o movimento sindical vai ter que se unir, pra fazer isso. Não dá pra, assim... Alguém... O movimento sindical tem esse pequeno... De competir, até nas coisas, que são assim... De um querer ser mais, “Não, eu sofri mais que você”; “Eu fui mais perseguido que você”; mas, enfim...

Então, eu acho que estas questões, a gente tem que tratar em todas as centrais; porque, em todas elas, existem pessoas que sofreram isso. É claro que, vão ter algumas, que tiveram os interventores que ainda estão aí, até hoje, como dirigente sindical.

Mas, eu acho que tem que ser feito esse levantamento. Os sindicatos têm isso. Sabem qual o sindicato... Em Santos, foram todos. Acho que não teve um sindicato, em Santos, onde não houve intervenção, em 1964. Todos tiveram intervenção. E foram interventores... É! O município, ele reconquistou a autonomia - de Santos -, agora, nos anos 1980.

**O SR. –** Não, depois cassaram o Esmeraldino.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Né? Entendeu? Então, assim, quer dizer, foi um município que foi extremamente perseguido; seus dirigentes, extremamente perseguidos; e que, não é fácil, hoje, fazer sindicalismo, por causa disso. Porque os netos dessas pessoas - os que, hoje, são trabalhadores, falam: “Eu, não. Eu vou participar de sindicato? Olha o que aconteceu com o meu avô. Tá lá na pobreza, na miséria, perdeu tudo; não trabalhou, não fez nada. E o que ele ganhou com isso? Que ele ganhou com isso?” Nem anistia, porque essas pessoas não estão nem anistiadas, nem nada, nem processo fizeram. Nem sabem que existe isso.

Então, é um reflexo grande, que eu acho, nessa questão, que nós temos que resgatar. E é uma obrigação nossa. E nós temos que trabalhar em conjunto, sim – as centrais sindicais.

O que nós precisamos fazer? Nós precisamos fazer um levantamento, junto às entidades sindicais: onde houve intervenção; quando foi; quanto tempo levou; quem foi o interventor. É bom conhecer, também, os nossos colegas, que foram os interventores, certo? Porque eles ajudaram, também, de uma certa forma. Ajudaram a acabar com o outro companheiro; ajudaram a atrasar o movimento sindical.

Depois, nós precisamos levantar, junto às empresas, junto às fichas do DOPS, e tudo - essas pessoas que foram demitidas. Onde é que elas estão? O que aconteceu com elas? Morreram? Estão vivas? E a família delas? Isso, aqui, precisa ser levantado, também.

E aí, nós temos que juntar. Atualmente, o centro de memória sindical está tentando, também, fazer levantamentos, em vários sindicatos. Eu acho que, juntar essas iniciativas que existem, de centros de memória, de arquivos, de tudo, para ter um material mais consistente, para levar para a Comissão Nacional, com provas... E essas coisas, dizer, “Está aqui, gente; está aqui”.

Nós não estamos falando de perfumaria; nós não estamos falando de meia dúzia de privilegiados; nós estamos falando de uma grande parcela da população que foi prejudicada, e que nós precisamos fazer alguma coisa por isso.

Então... O companheiro, aqui, está me pedindo um apartezinho.

**O SR. –** Um único comentário. Lembrar que, do Golpe até hoje, a Repressão - mas também a impunidade - têm caráter de classe. Só lembrar isso.

A impunidade tem um caráter de classe, a Repressão; tudo que a gente viu. E, isso, é importante destacar. Apenas isso.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Ok. Obrigada.

Então, a gente também, nas centrais sindicais, tem um comando das práticas antissindicais, do qual eu, também, faço parte. Esse comando das práticas antissindicais, ele não tem como ir para frente, trabalhar, e essas coisas, se a gente não pegar lá; não corrigir, também, desde o passado.

Eu acho que isso, essas quatro questões; resgatar a memória - uma memória que traga a verdade à luz; e, a partir daí, reivindicar a justiça; e a reparação. Eu acho que isso, se a gente não perseguir esses objetivos, a gente vai fazer um faz de conta que nós temos uma Comissão da Verdade; faz de conta, que nós estamos tratando essas questões sérias; e, faz de conta, que a Lei de anistia já resolveu o nosso problema.

Então, eu acho que ela não resolveu. Ela pode, até, ter dado aposentadoria para alguns; dado indenizações em dinheiro para outros; mas isso, além de não pagar, não corrigir, ainda não atinge todo mundo.

Eu acho que, também, fazer um levantamento - aqui nós temos uma Comissão dos anistiados - eu acho que, fazer um levantamento, também, de quem já conseguiu, para ver quem falta conseguir. Eu acho que é um trabalho que, ainda, precisa ser continuado, não pode parar. E se a pessoa, por acaso, já morreu - ele tem um filho, ele tem uma família, ele tem um neto; ele tem um... eu não sei. Eu acho que vale a pena. A família, mesmo que a pessoa já tenha morrido; a esposa, normalmente a esposa, também já morreu. Porque, se não, a gente não caminha; a gente fica patinando; e não é uma verdadeira democracia.

Você tinha me pedido a palavra? Posso dar, pra ele?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Um jogo rápido. Eu sou controlador, hein?

**O SR. JOSÉ AGUIAR –** Bom dia, companheiros.

Quando a companheira citou, aí, o caso de muitas pessoas que estão no anonimato, ainda. Eu sou um deles. Eu fiz parte da oposição dentro do Sindicato dos Bancários.

Meu nome é José Aguiar. Fui compensador de cheques, junto ao Banco do Brasil, de 1972 até 1974.

Fiz a oposição dentro do Sindicato dos Bancários; e, até hoje, eu cobro do sindicato uma reparação; não só do que aconteceu comigo, mas com outros companheiros; também. Eu fui demitido do Banco, sendo que eu estava preso. Fui demitido em 1978, do Banco.

Eu estava junto com... A última vez que eu compareci em um dos debates, aqui na Assembleia Legislativa, presidido pelo deputado Adriano Diogo, eu citei o caso do Tolezano.

Que eu estava junto com ele, na porta do Banco do Brasil; ele foi assassinado, covardemente, em frente ao Banco do Brasil, pela Organização Bandeirante; e que, uma semana depois, jogaram o corpo dele no rio Tietê; o corpo dele apareceu boiando no rio Tietê, e foi dado como morto por afogamento, sendo que foi mentira. Ele foi assassinado na porta do Banco do Brasil, e eu estava junto com ele, na época. Eu fui marginalizado, após o meu desemprego, 1978; e estou até hoje.

Hoje, para sobreviver, eu cato papelão na rua; eu vendo a revista “Ocas”, para continuar sobrevivendo.

Obrigado.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Muito obrigada, companheiros.

Eu não quero mais tomar o tempo das outras pessoas da Mesa; segui, aqui, mais ou menos, o tempo que nos foi dado.

E responder, então, essa pergunta, o que nós esperamos, qual é a pauta de reivindicação, do movimento sindical, junto à Comissão Nacional da Verdade.

Em primeiro lugar, é nós estarmos lá dentro. Eu acho que o movimento sindical não pode estar fora dessa Comissão Nacional da Verdade; não pode ser uma Comissão só de notáveis, de juristas, enfim, que nós respeitamos, e tal. Mas, o movimento sindical tem a sua história, tem o seu espaço; e deve ter o seu espaço dentro da Comissão Nacional da Verdade. Eu acho que essa é uma das questões. Com sua representação. Com a sua representação sindical – que, hoje, são as centrais -; e, dentro dessa Comissão, tratar, especificamente, dessas propostas, que estão sendo levantadas, aqui, pelos companheiros e companheiras, que estão aqui na Mesa. Mas, também, da gente conseguir ter um papel maior. E que a gente tenha os meios, e condições, pra gente fazer essas propostas se encaminharem, e, pra verdade, realmente, vir à tona.

Nós vamos ter uma reunião, agora dia 9, das centrais. Já existe uma proposta que, inclusive, foi publicada, ontem, no “Valor Econômico”, onde nós pretendemos criar um grupo de trabalho, dentro dessa Comissão - que seria o 13 - para tratar, exatamente, dessas questões dos trabalhadores, dos sindicalistas e, dos dirigentes sindicais.

Agora, eu acho que a gente tem que estar com representação, nessa Comissão Nacional da Verdade. Isso é uma opinião, uma proposta nossa, também da Força Sindical, que, não tem verdade, se não tiver, também, a história do movimento sindical passada a limpo.

Então, agradeço muito a atenção de vocês. E é uma honra, para mim, ficar sentada em uma Mesa, com tantos companheiros que são históricos...

**O SR. –** Todos notáveis. Notáveis.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Para nós, eles são históricos; não são notáveis; mas, eles são históricos. Para nós - do movimento sindical - são notáveis.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Companheira Nilza, da Intersindical. Depois, a Maristela. Depois, o Stan.

**A SRA. NILZA PEREIRA DE ALMEIDA –** Bom dia.

Eu não sei lidar muito com isso daqui, não. Como sindicalista, também gosto mais daquele.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Pega esse, aqui. Pega esse.

**A SRA. NILZA PEREIRA DE ALMEIDA –** Esse aqui, talvez, seja bom pros deputados, que já estão mais acostumados, né. Obrigada.

Bom dia a todos, companheiros e companheiras.

Eu estou representando a Intersindical, um instrumento de luta e unidade da classe, e construção de uma central sindical. E, como nosso próprio lema, nós estamos em construção.

Meu nome é Nilza, da Intersindical, e minha base sindical é Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas, Osasco e Vinhedo; e minha atuação é em Osasco. Toda a minha história, de movimento sindical, é de Osasco.

É claro que é uma diferença, de todos os meus amigos, meus parceiros, que prepararam terreno para a minha militância.

O José Ibrahim - vou chamá-lo assim por ser companheiro -, mas ele disse que no dia 2 de fevereiro de 1969 ele estava sendo preso, isto? Eu nasci no dia 8 de fevereiro de 1969. Portanto, quando vocês todos - boa parte de vocês - estavam lutando, resistindo, eu estava nascendo.

Nasci na Bahia, lá no interior, no sertão. E a minha geração, é a geração que foi embalada pela luta de vocês. Fui formada - e aí não falando enquanto central-, mas enquanto pessoa que viveu essa história. Fui formada dentro do regime militar, falando escolarmente. Então, vinha falando para a Nádia no caminho, formava aquela... Toda quarta-feira tinha aquele negócio de ordem, lá, cantar o Hino Nacional, declamar poemas. Então, todo mundo da minha geração, que hoje está com 40, 44 - que é a minha idade -, 45, foi essa formação. E uma alienação, nós não ouvíamos falar de luta de trabalhador, de resistência de trabalhador. Male male, a gente conheceu o Martins, Miramonte, Dráusio e Camargo, que eram os estudantes que tinham resistido, e por isso tinham sido mortos, e porque tinha que ter tido a revolução militar, e não sei o que. Eu fui da geração que estudou a revolução de 31 de março de 1964. Então, minha geração estudou isso.

É preciso que se repare isso. As escolas - ainda tem escola que diz isso, que foi uma revolução. Uma revolução, sempre é - um Golpe de Estado; uma mudança de Governo; ou uma mudança de estilo de vida, em uma sociedade, é uma revolução.

Mas ela não é uma revolução como a gente prega e como as pessoas pregam. Uma revolução para o bem. Ela foi uma revolução repressiva, para servir à classe dominante, para servir um grupo de pessoas; e reprimir, um outro grande grupo.

Então, a gente precisa, Neto, respondendo à pergunta; na nossa opinião - investigar, divulgar, e punir os crimes. E eu dou um destaque, companheiros e companheiras, como pessoa formada nessa geração, de divulgar, de divulgação.

Porque, se a minha geração foi formada - minha geração e as seguintes, até a 2ª década, quem nasceu em 1979 -, foi formada como revolução de 31 de março; os meus filhos - e eu tenho um filho de 18 anos -, meus filhos estão sendo formados como se essa história não existisse.

A parte de história, que eles estudam no currículo escolar, passa por cima disso. Passa por cima dessa história. Então, nós estamos, agora, com uma nova geração, com uma turma que está entrando, ou que vai entrar no mercado de trabalho, que desconhece.

Eu, ainda tive - eu e a minha geração; e é o grupo de pessoas que dirige a Intersindical -, por sorte, nós somos o grupo que se identifica – formado, mais ou menos - dessa geração. É, nós vivemos, pegamos carona, na luta que foi feita pelos trabalhadores que resistiram ao Golpe; que foram presos; que foram perseguidos; os sindicatos que retomaram as lutas.

Então, nós nos formamos, ainda; e ainda tivemos a capacidade, de conviver com estas pessoas, e formar, a nossa consciência, em torno disso. Os meus filhos, já não terão mais. E aí, quando eu digo os meus filhos, estou falando da próxima geração, da juventude, mesmo, que estão nas escolas, que estão nas universidades; e que estão sendo formados, hoje, numa consciência de individualismo.

Tudo aquilo que nós pregamos - em termos de discussão coletiva, de formação de coletivo, mesmo, de uma sociedade melhor, constituída pelo coletivo -, hoje a gente vê o contrário; a gente vê, é o indivíduo, com toda a informática, com todas as tecnologias que nós temos acesso, hoje, e que a juventude tem acesso, isso vai ficando cada vez mais distante. Essa história, ao invés de trazer para perto, ela fica mais distante.

Então, eu penso que a Comissão da Verdade Estadual, Nacional, eu penso, como Intersindical, e como sindicalista, que deve fazer isso. Investigar, divulgar, e exigir a punição dos crimes; sejam eles cometidos pelo Regime, mesmo, pelos agentes da ditadura, sejam eles cometidos por empresas. Apoiados, incentivados, por empresas.

E aí, se vocês me permitem, eu gostaria de focar um pouquinho em Osasco - que é a minha região - e um pouco no meu sindicato, “meu” sindicato; o sindicato que eu estou dirigente há bastante tempo; que, eu vi ele crescer, e mudar de história.

Nosso sindicato foi fundado Sindicato dos Químicos; e, originalmente, ele era o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de Osasco e Cotia. E ele foi um sindicato fundado em 1962, como Associação; e, em junho de 1963, ele ganhou a Carta Sindical.

E, em 1964, passou – foi eleita, oficialmente -, foi eleita a primeira direção, com um presidente que veio de São Paulo. Que, nós dizemos, na história de Osasco, que ele ganhou o sindicato; porque ele não lutou, ele não construiu, ele não batalhou por aquela construção. Osasco emancipou, em 19 de fevereiro de 1962; a Associação fundou no mesmo ano; e, em 1963, foi dada a Carta Sindical.

Então, a nossa história, enquanto Químico, ela não é uma história muito contada. Ela não aparece, muito. Até porque, em 1968 teve a greve da Cobrasma; tinha todo um movimento dos metalúrgicos, lá na cidade, que ofusca a história dos Químicos.

E, o que nós conhecemos como história, quando nós chegamos lá, é que a sede do nosso sindicato tinha sido usada, como base, pra reunião dos militares, e de todos, que discutiram a entrada na Cobrasma. Por quê? Porque o sindicato dos Químicos, infelizmente, foi... A gente tinha uma placa, lá na sede, que o terreno tinha sido doado pela Rhodia. Tinha uma têxtil, ali; tinha; porque não existe mais a Rhodia, mas o prédio ainda está lá; e eles doaram o terreno pra construção do sindicato.

Então, já, o nosso sindicato, não surgiu como uma história de resistência, de luta. Ele já surgiu subserviente, dentro desse contexto de ditadura. Então, na região, nós estamos reconstruindo a história - do que nós chamamos de 25 anos de luta – que foi, quando, em 1987, a oposição ganhou o sindicato, daquela direção; e estamos reconstruindo os 50 anos de história; e a gente está buscando isso.

Junto com isso, esse ano a gente está comemorando 10 anos da fundação do Instituto Zequinha Barreto. O Zequinha Barreto, vocês conheceram - o pessoal que militou naquela época, conheceu -; e, por obra e arte de um companheiro muito batalhador, que tem assim uma visão de formação e de necessidade da consciência; de manutenção de consciência, e de manutenção da história dos trabalhadores, batalhou com a gente, falou: “Vamos construir”.

O companheiro Antonio Carlos Cordeiro - talvez uma parte de vocês conheça -, ele é de Carapicuíba, e ele foi o maior incentivador. Ele diz: “Temos que construir, temos que batalhar, temos que buscar; para poder a gente manter viva. Não é possível que a história dos trabalhadores, a história de resistência, seja contada por outros, e não pelos próprios trabalhadores”.

Então, no nosso sindicato, funciona um instituto que, esse ano, comemora 10 anos; e é parte dessa tentativa de manter a história, de manter a memória.

E, pra concluir, porque eu falo muito, como sindicalista, né. Pra concluir.

Esses dias atrás, apareceu um rapaz, lá; ele ia passando na rua, e viu uma placa do Instituto Zequinha Barreto, e ele disse: “Olha, que interessante. Eu entrei aqui, porque eu sou de um grupo de teatro; a gente vai fazer uma peça, que vai reconstituir a história desse pessoal, da época; e eu vou fazer o Zequinha Barreto”. Aí ele entrou, eu mostrei o instituto, mostrei os livros, mostrei - a gente tem um violão, que pertenceu ao Zequinha. E ele disse: “Meu Deus, que impressionante, porque eu vou fazer, exatamente, a parte artística dele”.

E ele nem se ligou na parte que o cara tinha participado da resistência; de que ele era um trabalhador que estava... O enfoque que ele ia dar para o personagem, como ator, era para a parte artística do Zequinha. E aí, quando eu levei ele até o instituto e apresentei toda a discussão, os livros que tinha, ele falou: “Nossa, eu não tinha pensado sobre isso”. Um rapaz de, mais ou menos, 25 anos, 23 anos.

Então, é dessa geração que eu estou dizendo... Que a reparação, maior, que nós podemos fazer para as pessoas, não é em dinheiro; isso, eu concordo completamente com a companheira; a reparação, maior, que nós podemos fazer pelo Brasil, é contar essa história, bem contada; e divulgar essa história.

Porque, também, não adianta a Comissão da Verdade apurar, e ficar nos anais das Assembleias Legislativas, do Congresso Nacional. Isso tem que dar publicidade. Tem que ser divulgado. Tem que cavar espaço nessa mídia, preconceituosa, nessa mídia maldosa, que a gente tem. E a gente tem que buscar espaço, nessa mídia, usando a Comissão da Verdade; por ela ser algo instituído, constituído e reconhecido legalmente.

Porque nós, como sindicalistas; ou mesmo nós, como central sindical, centrais sindicais, o nosso espaço para falar sobre isso é quase nada.

Então, concluo dizendo que, a grande reparação, a nossa grande missão, com todo esse processo, é investigar; divulgar essas informações; para que os nossos filhos, os nossos netos – que aí já serão bisnetos, talvez, de vocês -, conheçam essa história e mude ela. Não aceite, nunca mais, nenhum tipo de ditadura. Ok? (Palmas.)

**O SR. CARLOS ROGÉRIO CARVALHO NUNES –** Bom dia, a todos e a todas.

Primeiro, cumprimentar a Mesa – Sebastião Neto -, no qual eu cumprimento todos os presentes. E agradecer, também, o convite do deputado Adriano.

Meu nome é Carlos Rogério. Eu sou Secretário de Políticas Sociais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. E, atendendo a essa Mesa, não fiz; não sou; não fiz parte aqui, vamos dizer assim, como...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Pessoal, apesar do rigor do Neto, desse exagero, fala um pouquinho da vida de vocês. Tudo bem que não vai dar para contar a história do Ibrahim, porque senão precisa fazer um dia inteiro; mas, pelo menos, falem de onde vocês vieram; onde vocês nasceram; como é que vocês entraram na luta.

Porque, senão, parece que nós somos todos políticos, aqui; não somos gente.

**O SR. CARLOS ROGÉRIO CARVALHO NUNES –** Então, como Secretário de Políticas Sociais da CTB, eu sou assistente social; meu sindicato de origem é Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará. Eu sou cearense. Estou aqui; em São Paulo; há 9 anos. Fui eleito nesse processo todo. Sou de 3 de agosto de 1966.

Então, também nasci nessa ditadura. E, no máximo, quer dizer, no máximo não; a minha militância foi basicamente estudantil na década de 1980 e, logo em seguida, no mundo do trabalho, na década de 1990; até a cargos, tarefas e direção de central sindical, em nível nacional.

Nesse sentido, a história, nossa, tem que ser resgatada. O testemunho do Ibrahim, do Portugal, de todos; ela traz que nós temos que resgatar essa história. Fazer com que a Comissão da Verdade, primeiro, consiga mostrar o que foi a ditadura - do ponto de vista dos seus, dos testemunhos, das pessoas, das lideranças que passaram; confirmar que foi um crime, foi um ato bárbaro, um ato de covardia, de um Estado militarizado contra a resistência civil; contra trabalhadores; contra estudantes; contra cidadãos e cidadãs que não aceitaram esse tipo de regime discricionário.

Refazer esse resgate, para que as gerações presentes e futuras entendam; compreendam que nós não podemos conviver com esse tipo de regime. E, para isso, é necessário se fazer a cobrança da Justiça.

O que vem na cabeça de um militar, que entra, hoje, nas Forças Armadas, e vê que os seus antepassados fizeram tudo isso, e não são punidos? Não tem nenhuma punição. Que mentalidade tem um jovem militar, que entra nas Forças Armadas, e vê que, nas décadas de 1960, de 1970, os seus colegas - que estão, hoje, não se sabe onde, clube daqui, de acolá; as reservas. Muito pelo contrário, esbravejam como se fossem donos do passado; que esse passado estava correto.

Então, para efeito de futura geração, de fazermos justiça no presente, têm que ser punidos esses militares; esses colaboradores, civis e militares; as empresas; todos aqueles que contribuíram para esse regime discricionário, para esse regime de ascensão, para esse regime ditatorial.

Então, a cobrança de justiça é o primeiro; lógico, primeiro resgatar a história, as testemunhas; a Comissão da Verdade, colocar, isso, para toda a sociedade. Segundo, a cobrança dessa justiça. A cobrança da justiça, e dizer que, aqueles que foram torturados, foram vítimas. E não a anistia, como foi no passado – ampla, geral e irrestrita. Não. Teve um torturador, e teve um torturado. Teve um que estava armado, e outro que estava desarmado; e as resistências, foram por conta dessa situação totalmente errada.

E, aí, a CTB se propõe, e está fazendo isso, como fruto dessa pergunta, de cobrar a mais pura verdade, cobrar a justiça, fazer com que a Comissão da Verdade apure todos os fatos, com suas testemunhas.

Eu estava falando, aqui, com o Portugal. Tem a experiência dos nossos camaradas, João Batista Lemos no ABC; a CTB - uma central nova e de experiência, enquanto central hegemônica, dos militantes históricos do Partido Comunista do Brasil; na época, do Partido Comunista, boa parte da época da nossa história. Nós temos também; e eu, também, como militante do PCdoB, nós temos muito interesse em fazer com que esse processo vá até o final, que sejam apuradas, que sejam feitas todas essas investigações; e apurar, e cobrar justiça para todos nós - não só os que estão vivos, mas, também, principalmente, aqueles que estão mortos.

Essa é nossa minha contribuição. E dizer que a CTB tem interesse; vai contribuir, na medida em que formos... E a companheira falou isso; fora das centrais sindicais, tem sim, uma pauta unificada, uma pauta comum; e a nossa atuação é, justamente, mais fortalecida, com maior visibilidade, a partir do momento que a gente faz essas ações conjuntas. E que, nesse momento, é superimportante, juntamente com o Poder Legislativo, nós estarmos em parceria. É isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRA. MARISTELA MONTEIRO PEREIRA –** Bom dia, aos companheiros e companheiras.

**O SR. SEBASTIÃO NETO -** O Ivan saiu? Não quer falar, não, Ivan? Ah, tá. Bobeei... Passei pra ela; eu ia passar pra você.

**A SRA. MARISTELA MONTEIRO PEREIRA –** Então, bom dia.

Eu queria dizer que eu estou, aqui, representando o Secretário de Políticas Sociais da CUT nacional, que é o Expedito Solaney; ele pede desculpas por não estar aqui hoje; mas ele está em uma atividade da CUT no nordeste, na Paraíba, e não tinha como estar aqui nesse momento. E pediu para que a gente, da assessoria, viesse, pra falar um pouco do que a CUT está fazendo, com relação à Comissão da Verdade. À Comissão Nacional da Verdade.

Bem, eu queria só fazer um histórico do que a gente tem acompanhado, que começou, aqui, com a reunião com a Dilma. O Solaney esteve numa reunião, com ela, no início de março. E, nessa conversa, ele colocou a necessidade de ter um capítulo dos trabalhadores, que tratasse dessa questão dos trabalhadores; com o qual a Dilma concordou. E, a partir de então, a CUT vem fazendo alguns encaminhamentos, nesse sentido, para se criar esse grupo de trabalho - que ficou como sendo o número 13, o GT número 13 - que fizesse o levantamento das questões dos trabalhadores, e dos sindicatos, para esse relatório nacional.

Bom; houve, também, uma reunião com a Rosa Cardoso; nessa reunião ela definiu uma data, que ficou para o dia 15, agora, dia 15 de abril, próxima segunda-feira, para uma reunião com as centrais sindicais. Eu acho que todas estão sendo convocadas, e, a partir disso, a CUT, no dia 9, agora, está chamando, também, as centrais; para, lá na sede nacional, às 14h, conversar um pouco sobre esse grupo de trabalho e as propostas que podem ser apresentadas.

Uma outra coisa, que a CUT também implementou nesse período, foi, a partir da reunião com os secretários de políticas sociais, das CUTs estaduais, que foi realizada em março, em Brasília, a proposta de se criar uma Comissão da Verdade, também, da CUT, nos moldes da que existe na UNE, e, também, na OAB.

Então, a CUT, na sua última reunião da Executiva Nacional, deliberou a criação dessa Comissão; e, também, a gente está trabalhando nesse contexto; tentando juntar todas essas informações; dentro dessa Comissão; para ter um relatório, também da CUT, para ser apresentado.

A gente, também, tem acompanhado o pessoal da sociedade civil; que, agora, no dia 27 e 28 de abril, vão se reunir em Cajamar. É a CUT; o movimento Verdade e Justiça; e o Comitê Paulista Memória Verdade e Justiça; que vão preparar o encontro do dia 30, com a Rosa Cardoso. Então, essa agenda, a gente está trabalhando em conjunto com esses movimentos sociais, e esse encontro, e nos dias 27 e 28, agora, vai ocorrer.

Eu, ouvindo os companheiros todos; eu acho que a gente não tem divergência quanto à resposta que o Neto fez aqui, para nós. Eu acho que, talvez, o que a gente tenha que fazer, é essa questão mesmo de sentar, organizar esse grupo de trabalho, ter uma metodologia de trabalho, fazer esse levantamento necessário; porque existe um prazo, muito curto, para isso.

Então, eu acho que o enfoque que o Augusto deu; que a Nilza deu; e que a Ruth deu, não têm diferença nenhuma. É levantar os dados que se tem sobre o que aconteceu nesse período, com esse enfoque, na avaliação dos crimes que foram cometidos; nas intervenções que foram feitas nos sindicatos; na identificação, que eu acho que é importante o que o Augusto falou, da articulação empresarial com a Repressão, que eu acho que é importante ter esse levantamento. E, esse grupo de trabalho, fazer isso nesse tempo.

Então, eu acho que a gente está no caminho certo. Estamos aí, com todas essas reuniões, para organização; e eu acho que, logo, no prazo, a gente tenha alguma coisa, também, para apresentar aqui, na Comissão da Verdade; para a gente poder ter uma noção do que vai ser apresentado, e do que a gente vai poder fazer, e contribuir. Eu acho que é isso; minhas palavras ficam nesse sentido.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Eu acho que falta, daqui da Mesa, o Stan.

Só lembrando, esse material do dia 15 - tem ainda, Milena, aí? - se alguém precisar; esse material já tem algum tempo, foi publicado para a Comissão da Verdade, e tem para todo mundo; e a cartilhinha amarela, também tem. Com a Milena. Com essa mocinha que está ao lado do Adriano, aqui. Dá uma circulada, aí, Milena.

**O SR. STANISLAW SZERMETA –** Bom dia, aos companheiros e às companheiras.

Eu quero agradecer a alguns companheiros do Projeto Memória, principalmente o Neto e o Waldemar; e a essa sacada do Adriano, que é o nosso deputado, de trazer essa questão da Comissão da Verdade.

Nós, aqui, estamos entendendo que isso só pode avançar se, realmente, nós ampliarmos a ideia, não só da reparação, mas a ideia da justiça. E, nós sabemos que é uma coisa dura, para nós. Nós, que viemos do movimento sindical, e passamos para o movimento, vamos dizer assim, político, partidário, no processo da resistência; nós sabemos que, a coisa mais importante que tem para a gente fazer alguma coisa, é a gente criar a unidade. Agora, a unidade não pode ser uma unidade institucional. Tem que ser uma unidade que, realmente, avance; e que trabalhe com a consciência. Se a gente não entender que esse processo precisa ser divulgado em todos os lugares... Então, por exemplo, o movimento sindical, aqui. Eu, também, venho do movimento sindical de 1968, de Osasco; vim pra São Paulo, e faço a questão partidária; mas uma coisa que eu aprendi: que se você não tem uma unidade no processo de enfrentamento do inimigo, e você só o enfrenta de lado, você não avança. Por exemplo, esse processo da resistência e da defesa do Estado Democrático de Direito, precisa ser pauta do movimento sindical.

O movimento sindical, a gente não pode ter ilusão, foi destruído em 1964. Já tinha dificuldades, havia avançado; mas ele foi destruído.

E agora, nesse processo todo da resistência, o movimento sindical, praticamente - tirando os nichos -, não teve avanço. Então, nós precisamos tomar cuidado com essas questões. Nós precisamos entender o seguinte: que o movimento sindical vem, mas vem devagar; porque ele não tem história acumulada; ele tem um processo histórico. Agora, nós precisamos avançar nisso. E, para avançar nisso, o movimento sindical precisa colocar, na pauta, a questão do Estado Democrático de Direito. (Palmas.)

Se ele avançou na conquista da liberdade sindical, ele não pode ter mais - ser patrolado pelo Governo. Então, por exemplo, o que o Mancha falou que os militares fizeram. Eu quero ver o movimento sindical fazer isso. Fazer uma nota, unificada, de todos os trabalhadores, em defesa do Estado Democrático de Direito. É essa questão que se coloca para nós.

Porque, é importante, o que aconteceu na Comissão da Verdade.

E nós, aqui – o Brás, aqui - nós já tentamos isso, 3 anos atrás, com o Nelson Martinez, nosso companheiro, falecido, do sindicato do gás; e teve toda uma atividade no ABC, na Ford.

E nós já tentamos trazer essa ideia de unificar, de mostrar como a resistência dos trabalhadores entrou nesse processo - de avanço das lutas, e no enfrentamento da ditadura.

Nós não queremos substituir o que foi feito pelos lutadores, quem teve uma atitude, vamos dizer assim, de entender que era preciso resistir; que era resistir armado. Nós não queremos... Isso não tem... História é história. O movimento sindical precisa; e ele tem os recursos - aqui está a grande questão -, ele tem os recursos, e as condições, de colocar no seu boletim, como era feito em 1981, 1982, 1983, essa sequência de morte dos camponeses; essa luta, desigual, que acontece no Brasil; e aliar, a isso, essa questão toda da repressão do movimento operário.

Hoje, nós estamos falando em novas tecnologias. Os patrões não precisam mais buscar em arquivos; qualquer nome que eles colocarem na internet, eles vão ver história. Não precisa, mais. Esse negócio da Repressão, essa coisa toda, isso aí é coisa, como eu falo, assim, do século XX. O século XXI não tem mais essa característica. O século XXI tem o desafio; e o desafio, nosso, é a nossa unidade; e a nossa ida à rua. A nossa ida a todos os lugares, necessários, para fazer a divulgação.

Então, uma questão do movimento sindical, é colocar, na pauta, essa questão; tanto da reparação, quanto da punição. A ANAP, onde eu estou militando - a Associação dos Anistiados Políticos, e Aposentados – existe, porque existe uma lacuna no movimento sindical. O fórum dos ex-presos políticos existe, porque o movimento sindical não abraçou essa questão da defesa dos trabalhadores, dos lutadores.

Não na questão, só, da pauta sindical, das reivindicações econômicas; da questão das reivindicações políticas. A burguesia conseguiu fazer essa divisão. E, nós, precisamos unir essas questões. E a Comissão da Verdade consegue fazer isso. Ela consegue, porque ela tem nos seus objetivos não a questão institucional. Ela tem, nos seus objetivos, a questão de uma mudança de uma outra sociedade. Uma sociedade que realmente atenda aos interesses da maioria.

Essa questão do Estado Democrático de Direito, ela é uma questão do Estado Democrático de Direito - para a maioria. Essa é a questão que se coloca.

Para nós, da ANAP, é salutar, é saudável que o movimento sindical venha e diga, realmente, para os trabalhadores; diga para os trabalhadores como foi construída essa luta; como o sindicato foi dizimado; como os lutadores do sindicato, sejam eles dirigentes, ou não, foram assassinados. Está faltando. Porque você só consegue fazer alguma coisa, se você criar o clima. Se você não cria clima, você só cria nichos; e você não avança.

E, até agora, a questão da anistia não entrou na pauta - aqui, no caso, das centrais; porque as centrais são novas, vamos tirá-las -; mas dos sindicatos, mesmo os combativos. É que nem, quando eu trabalhava, a questão da Cipa. Era importante, acontecia acidente, mas a última coisa que entrava na pauta, era a Cipa - era a defesa da saúde do trabalhador.

E, isso, eu espero que não aconteça com a questão do movimento sindical. Que entre na pauta, de verdade. Que as ações que se coloquem, tenham realmente uma divulgação. É isso que a Nilza colocou. Eu também sinto isso. Todo mundo sente. Quer dizer, ainda não avançamos em contar a nossa história. A história da luta dos trabalhadores, a história da luta de classe.

E, nós, temos que entender que nós vamos estar sempre, envolvidos com a luta de classes. Seja que Governo for; porque, esse Governo, está submetido à lei do capital. E é por isso que ficam esses avanços, esses recuos, e essa coisa toda; entende? Então, nós, da ANAP, precisamos entender que nós, avançando na questão da reparação; e a segunda questão, que eu quero colocar aqui, que é muito bem defendida pelas associações dos anistiados, que é a punição.

Enquanto não tiver punição, nesse país, vira só propaganda. (Palmas.) E a gente fala na Argentina, fala não sei onde; porque, lá, desculpa falar, mas em 1979, mesmo tendo com toda resistência, nós titubeamos. Nós aceitamos, de certa forma, a reparação. E entendíamos que a punição seria posterior. Mas está demorando. Nós, então, fizemos alguma coisa que não era muito certa. Era uma coisa que parecia que ia dar base para nós avançarmos; mas, não conseguimos.

Conseguimos fazer muita coisa nesse país. Conseguimos criar associações em memória dos trabalhadores, como foi colocado, aqui, do companheiro José Campos Barreto, o Zequinha; e existem várias outras associações em defesa da memória. Mas ainda é nicho. Nós queremos uma coisa grande. E é por isso que, as centrais, entram como papel decisivo. Entram como uma estrutura que pode, realmente, ter tempo de televisão, ter unidade em jornais. Ter divulgação.

Porque em Osasco, até que se tem uma certa divulgação; mas é “certa”. Nós precisamos ter uma coisa ampla. Nós precisamos ter uma, vamos dizer assim, uma ideia, que seja, realmente, importante, para devolver a ideia de que nós construímos alguma coisa importante nesse país - que é a resistência contra a dominação capitalista.

Essas associações, esses agrupamentos, se fizerem isso, eu me sinto satisfeito. Cumprem o papel de divulgação; cumprem o papel de fazer competição. Porque você só consegue fazer competição, quando você tem ampliação. Se você não tem ampliação, você não faz competição.

Eu acho importante a construção da Comissão da Verdade. Acho importante a posição do Governo. Acho importante a construção das comissões da verdade nos sindicatos; e, em todos os lugares em que for possível. Nas câmaras, nas assembleias e tudo mais; porque é mais um instrumento de divulgação. Estão de parabéns.

E eu acho importante a gente ter a ideia da construção da unidade. Se nós não tivermos isso - se nós não tivermos a ideia da construção da unidade dos lutadores e das lutadoras - é uma boa luta, mas é uma luta pela metade.

E nós, no Brasil, estamos cansados de fazer a luta pela metade. Infelizmente, nós precisamos ajustar contas. Porque quando nós fazemos a luta pela metade, a burguesia faz a outra metade, e nos divide. E, essa, é uma ideia que nós temos que entender.

Nós não fomos vitoriosos; eles não nos massacraram; mas eles nos venceram. As pessoas falam, como se nós não fôssemos perdedores. Agora, nós não fomos aniquilados. A ideia da perda, não é a ideia de que nós abaixamos a cabeça. Mas nós precisamos entender, para fazer a tática. Se nós vamos fazer a tática do ganhador, nós vamos fazer a tática do ufanista. Nós temos que fazer a tática daqueles que se rebelaram. Daqueles que construíram, e daqueles que estão, realmente, entendendo que esse Brasil só vai para frente, com a nossa unidade e a nossa disposição para fazer avançar esse país.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Ivan; quer falar? Fala, aí. Dá o microfone, lá. Quero dar outro encaminhamento, aqui.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Bom; primeiro, a ditadura consegue umas proezas interessantes. Consegue reunir a gente. A gente vê aqui o movimento sindical...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Dentro da cela, né? Dentro da cela.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Inclusive, dentro da cela. Dentro da cadeia a gente, também, se reunia.

Mas eu acho o seguinte. Acho que vocês precisam botar na cabeça, que a Comissão da Verdade não pode ser os escolhidos, que vão contar a verdade daqui a algum tempo. A verdade tem que ser construída aqui. Vocês têm que pegar a Comissão da Verdade nas mãos. Vocês não podem ficar esperando que alguém conte a história do movimento operário. O movimento operário é que tem que contar essa história, porque ninguém vai contar, no lugar.

Uma outra coisa, que é muito importante; eu já falei com o Américo, com o Neto, com o Domingos; vocês têm que formar um coletivo, do movimento sindical, para contar essa história; para vocês serem parte da Comissão; desta Comissão, e da Comissão lá de Brasília; porque, aqui, é parte da Comissão. Isso aqui não é oposta, ou é um pedaço, à parte. A Comissão de São Paulo faz parte da Comissão Nacional; como todas as outras Comissões que estão sendo criadas. Inclusive da UNE, da UEDA, da faculdade; ou sei mais o que. Então, eu acho que vocês não têm que esperar alguém dar para vocês esse direito. Têm que conquistar.

Uma outra coisa, que eu acho que é muito importante, é botar na cabeça que o movimento sindical tem uma história tão importante, que a ditadura foi uma ditadura, basicamente, anti-povo, anti-trabalhador.

Quando eles deram o Golpe, a primeira providência não foi aquela história de queimar a UNE; foi invadir os sindicatos e fazer a intervenção. Senão, a gente fica repetindo aquelas besteiras do Gabeira, que todo mundo era estudante.

A gente fez um levantamento dos mortos e desaparecidos, que ninguém aqui fala em morto e desaparecido, eu acho estranho isso. O levantamento: são 24%, só, que são estudantes. Depois, você tem um grupo considerável de militares; e você tem mais da metade, que é de trabalhadores. De operários, são 30% - operário urbano; 30%.

Então, se você perceber essa importância, você vê que isso aqui não é uma história que alguém vai contar. Tem que ser contada pelo movimento sindical. E pelos mortos e desaparecidos. O movimento sindical, o movimento operário, tem pessoas que são símbolos; que tem que ser contado.

Aqui, o pessoal dos bancários. Você tem uma figura maravilhosa que é o Aluísio Palhano, que era, fazia parte do CGT, e está desaparecido até hoje. Tem que ser bandeira dos bancários. Como o Zequinha. Mas você tem quantos outros operários metalúrgicos? Quantos operários químicos? Não é só Olavo Hansen, não. O próprio Virgílio. Quantos operários da construção civil? Então, isso daí tem que transformar esses companheiros que caíram, e foram assassinados, estão desaparecidos, em bandeira do movimento sindical; porque esses, não são patrimônio de ninguém. Não é da Organização a que eles pertenciam. Eles são do povo; eles são do movimento sindical.

E isso daí, eu acho que vocês têm que botar na cabeça que vocês têm que formar uma Comissão, para vocês assumirem esse trabalho, criarem essas bandeiras. E a unidade ser feita dessa forma; porque unidade não se consegue com palavras. Você consegue com ação. E essa unidade, contra a ditadura, não é contra aquela ditadura; é contra a ditadura atual, que é a ditadura do capital. Ela não acabou; ela mudou de forma – a forma política, a forma militar -, mas ela continua.

Então, essa ideia, de que o movimento sindical tem que se apossar desse grande movimento que se chama Comissão da Verdade – porque, hoje, não é Comissão da Verdade aquele grupo, lá, em Brasília. É um movimento que toda a sociedade está assumindo, aos poucos.

E vocês, que são a vanguarda do movimento sindical, vocês são; muitos estão aposentados, e tal, mas vocês são as lideranças. Vocês têm que dizer, para os atuais dirigentes sindicais, que essa luta é parte do movimento sindical; e contar a história, não esperar que alguém conte. O que vocês escreveram; o que vocês relatarem - o IEP, eu acho que é um exemplo muito positivo - está contando. Automaticamente, o que for feito, vai ser colocado no relatório da Comissão da Verdade; da Comissão da Verdade Estadual, e da Comissão da Verdade Nacional; porque, quem vai contar, são os componentes do movimento sindical.

Neto.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Lê a nota para a gente, porque o pessoal está meio curioso. Tem companheiro com deficiência visual, também.

**A SRA. –** Ok.

“Comissão da Verdade apura crimes contra trabalhadores”, por Guilherme Serodio. “Valor Econômico”, do dia 3 de abril de 2013.

“A Comissão Nacional da Verdade vai apurar violações de direitos contra o movimento sindical e trabalhadores, durante a ditadura civil-militar. A iniciativa, levada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) à presidente Dilma Rousseff, em fevereiro, foi acolhida pela Comissão, na última semana, durante uma reunião da central sindical com a advogada Rosa Cardoso, integrante da CNV. O objetivo é criar um novo grupo de trabalho - o 13º, desde o início das atividades da CNV, em abril de 2012 - que seja dedicado à violência contra os trabalhadores; e conte com a participação efetiva das centrais sindicais.

No dia 15 de abril, a proposta será levada às maiores entidades do setor, em uma reunião no escritório da Presidência da República, em São Paulo. O convite será feito, nos próximos dias, à Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), entre outras.

A expectativa da comissão é que, sindicatos e centrais, possam contribuir para a investigação, com documentos e depoimentos. ‘Há uma cultura oral muito forte no meio sindical, e eles terão muitas questões a lembrar, que não estão registradas’, disse Rosa Cardoso, ao Valor.

Idealizadora da proposta, a CUT espera que a comissão ajude a esclarecer casos de assassinatos de sindicalistas. A central já entregou, à CNV, uma lista com mais de 100 nomes de trabalhadores, mortos durante a ditadura, cujos assassinatos ainda não foram solucionados. ‘Queremos levantar todos os sindicatos que, no dia do Golpe, foram fechados, sofreram intervenção, e também quantos líderes sindicais foram perseguidos, assassinados; e quantos foram exilados’, disse Expedito Solaney, secretário de Políticas Sociais da CUT. ‘Há um consenso, dos sindicatos, sobre como os trabalhadores foram prejudicados com o Golpe; e, agora, é o momento de resgatar essa memória histórica’.

As linhas iniciais de investigação já estão traçadas, e devem se concentrar nos casos de perseguição a dirigentes sindicais; intervenções promovidas pelo regime em sindicatos, a partir do Golpe de 1964; registro da destruição de patrimônio físico e documental dos sindicatos; e investigação de prisões, torturas e assassinatos de trabalhadores, pelo regime ditatorial.

Categorias como rodoviários, ferroviários e trabalhadores portuários - alvos notórios da Repressão -, estarão no foco da investigação; assim como cidades onde ocorreram episódios de violência, como Santos e Niterói, onde trabalhadores foram presos em navios, e no estádio Caio Martins.

‘Os anos de chumbo não vieram só a partir de 1968, quando foi instituído o Ato Institucional nº 5 - AI-5. Os anos de chumbo vieram, sobretudo, para a classe trabalhadora, a partir de 1964’, disse Rosa. ‘Trabalhadores portuários ficaram presos em navios, em Niterói, sob condições infames; e há relatos, muito fortes, de tortura nesses navios’. A advogada irá presidir o grupo, ainda sem estrutura definida, que pode abrigar representantes das centrais sindicais, ao lado de pesquisadores.

Em evento em memória do Golpe de 1964, no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, na segunda-feira, Rosa afirmou que a CNV tem recebido pedidos de comissões estaduais da verdade para estender o prazo de seus trabalhos, além de maio de 2014. O prolongamento permitiria a inclusão dessas investigações paralelas no relatório final da CNV. Rosa frisou que a possibilidade seria viável: ‘Apenas por alguns meses, ao longo de 2014; mas depende da decisão do governo”.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Só queria dizer que, além desse documento, vocês estão entregando o documento do Augusto - da Associação dos Metalúrgicos. Esse documento aqui, da oposição sindical, “A participação do empresariado do Consulado dos Estados Unidos na organização da Repressão política; e relação entre empresas e o DOPS”, proposta da Comissão da Verdade e investigando os crimes da ditadura civil-militar, que é esse documento que vocês fizeram; como funciona a Repressão, porque a América Latina pune os ditadores e torturadores, e o Brasil, ainda não.

Eu só queria pedir, antes de dispersar, que eu acho que todo mundo vai dar uma palavrinha; eu só queria pedir. Nós vamos terminar, com bastante síntese, e o mais rápido possível, mas eu queria que a Mesa pudesse fazer uma fala das suas considerações finais.

Viu, Danilo? Seria bom, se você pudesse ver no filme do Hércules, para a gente projetar, antes de terminar a parte do Ibrahim. Ou, pelo menos, algumas coisas mais significativas para o pessoal...

**O SR. –** A parte de derrubar a garrafa, lá, Ibrahim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** É? Vê, aí, passa o “trailer”, e aí você vêm... Não é bom?

E vê se dá uma abridinha no filme da Conclat. Só dá uma abridinha, aí, pequena.

Bom, Portugal.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Eu queria terminar, citando as palavras de outra Rosa - não a Cardoso -, a revolucionária polonesa, Rosa Luxemburgo, assassinada em 1919, na Alemanha. Ela fez quatro linhas num poema, assim: “Às vezes, a onda do movimento invade todo o império. Às vezes, divide-se em uma rede, infinita, de pequenos arroios. Às vezes, brota do solo como uma fonte viva. Às vezes, se perde dentro da terra”.

E é nesse momento, quando se perde dentro da terra, quando se rompe a cadeia humana de transmissão de experiências, quando novas gerações de militantes devem enfrentar a luta; é o momento em que a crônica, a fonte, a memória organizada, o arquivo, em suma, constituem uma inestimável arma para não começar do zero, para restituir a continuidade, para edificar a ação coletiva. A gente tem, aqui, algo que a gente falou o tempo todo.

Que, para nós, significa sempre entender o caráter de classe do Golpe, da impunidade, da tortura e da lei de anistia; são, todas, ações de classe, que continuam a existir na atualidade; e, no passado, se voltou contra os trabalhadores e suas entidades; e suas organizações políticas que lutavam contra a exploração e a opressão.

Jamais esquecermos que nós temos um combate de classe, que, para nós, significa ter cada vez mais a liberdade; mas que essa liberdade chegue, também, dentro da fábrica, nas fazendas; em todos os lugares onde a opressão e a exploração continuam, firmes e fortes, com o apoio, inestimável, da repressão policial militar do Estado.

Então, são essas minhas palavras que eu acho que é o sentido daquela nossa velha frase: “A luta continua”. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Gente, é dever de ofício, aqui. O Djalma está pedindo para falar, mas eu fiz um breve... Primeiro, dizer o seguinte: dia 9 tem reunião, na CUT, às 14h, das centrais dos trabalhadores; pra preparar... Primeiro queria saber se seria possível ter a transcrição, dessa sessão, antes disso, para poder encaminhar...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Que dia?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Dia 9, na CUT, tem a primeira reunião das entidades.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** A gente pede pra dar uma prioridade, para fazer com urgência.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Aí tem que dar uma limpada, né; pegar as coisas...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** O áudio, a gente te dá já.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não, não. Mais importante é a transcrição.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** O texto a gente pede uma prioridade. Mas não dá para garimpar. A gente dá o bruto para você.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Depois. Muito rapidamente. Têm alguns dilemas aí, embora com todas as vontades de responsabilidade. Vamos lá.

Em relação às empresas, não vou fazer uma recuperação de tudo que foi falado aqui, lembrem que embaixador não porta a pena, embaixador não tem culpa; quem mata, é o dono do embaixador.

Primeiro, sobre as empresas. As demissões políticas: como se levanta isso, para justificar um pedido qualquer. Depois, tem um problema muito grave, com as empresas, que é a seção - a troca de informações das empresas com os órgãos de Repressão -; não é fácil documentar. Porque, uma coisa, é achar uma lista de fichas de empregados da Monark, ou da Tecnoforja – como o pessoal da companheira Nilza, achou; e nós achamos. Mas você não tem, às vezes, quem entregou a lista. Porque é diferente. Uma coisa é estar lá, 200 operários; estranhamente, um livro de registro de empregados ter cópia no DOPS – exatamente os que fizeram a greve. Mas não tem a cartinha do cara, dizendo: “Agradece ao doutor, que me entregou isso, aqui”. Depois, a presença da polícia...

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Só um apartezinho, aqui?

É Ruth.

Essa questão, não é o funcionário que foi, e entregou. A questão é a seguinte...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** A empresa só tem responsabilidade quando ele chega, lá.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** O documento; o documento é da empresa. Então, a responsabilidade é da empresa.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não. Eu só estou dizendo; são questões que estão sendo colocadas, que têm que ser pensadas. Têm desdobramentos jurídicos, inclusive. A presença da polícia nas empresas, e as infiltrações. O apoio financeiro à Repressão – têm muitos casos conhecidos, e logísticos – a GM, a Volkswagen. Quer dizer, todo mundo sabe o que era uma Veraneio, na cabeça da gente. Todo mundo sabe... Os carros da Folha, etc... E outras coisas, aí.

Depois, nesse próprio material, aqui, tem um pedido. Já que o Elio Gaspari nunca foi contestado, e ele se baseou nos arquivos do Geisel; e diz que o Delfim Netto dá o local e a data da reunião dos empresários, pra fazer a caixinha da Repressão – alguma hora nós temos que ouvir o gordinho sinistro, lá...

Depois. As ações, né. O que existe de memória organizada das entidades sindicais. Como é que se junta.

Tem um projeto, acho que chama “Monumenta”, que está juntando os arquivos públicos das cinematecas, pra criar uma base comum de dados, no Brasil. Negócio meio complicado. Mas está caminhando. A CUT está participando; nós, também, estamos participando. Mas vocês conhecem essas coisas, né? “Las cosas de palácio caminan despacio”. As coisas do palácio caminham devagar.

Então, se formos esperar as coisas institucionais – nós, já vamos ter morrido, e os filhos da Nilza, também.

Sobre a legislação, foi levantado aqui. A questão da Lei 4330, lei de greve, fundo de garantia, uma série de coisas. Ainda dentro da legislação, o papel da segurança das empresas hoje - hoje - do ponto de vista jurídico, legal. O que eles vão pedir para a Comissão; vão apresentar como proposta para o país; ou pro Congresso, pro senhor presidente. A questão da impunidade; a mudança da lei da anistia – depois, eu quero falar um pouquinho mais, sobre isso, no final -; e a reparação, que tipo de reparação. Lembra que, na Alemanha, agora que estão acertando com os últimos judeus. Os filhos dos filhos; não sei de quem.

Das Forças Armadas, só lembrar aqui - até Volta Redonda tem que entrar na conta. O Exército atirando dentro da empresa. É, depois da anistia, 10 anos depois.

Depois, sobre as ações locais, gente, é o perigo da dispersão no tempo. O Sanches é um cara exemplar; todo mundo sabe; mas tiveram outros caras exemplares de limpeza sindical, não? E tem uma questão muito pouco falada que é o campo. Eu insisto, desde o Governo Sarney, 280 mortos no campo. A Sueli Belatto, e eu, trabalhamos muito nisso, naquela época.

Bom, rapidamente sobre a Comissão; na participação. É uma participação direta ou é o grupo? É uma questão a ser discutida - como participar. Tem um consenso, aqui, sobre registro de divulgação. Mas, como fazer isso, como fazer isso ecoar?

E, por último, como meu apontamento aqui; lembrando toda essa polêmica... O Paulo já falou pro Ivan que não vai aos 70 anos do “seu” Ivan Seixas, não é isso?

Mas, tem ações que estão dentro do objetivo da Comissão da Verdade, na anistia; e tem ações, políticas, da punição, que não dependem, em si, da Comissão da Verdade. Aí, se o movimento sindical - como também as questões da legislação - tem que ver o que quer da vida. A minha sugestão é que o Djalma fale, porque é um decano, e depois os membros da Mesa. Se não tem mais alguém, querendo falar...

Decano, porque, a palavra decano vem das cãs, aquels que vêm, aqui, e ficam brancas. Então, o decano...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Deixa ele falar, Neto, pelo amor de Deus.

Djalma, por favor, agora, com a palavra. (Risos.)

**O SR. DJALMA BOM –** Bom dia, a todos.

Não contextualizar, as apurações e violações contra os trabalhadores, pela Comissão da Verdade, não seria a Comissão da Verdade. Seria meia-verdade.

Eu quero falar o seguinte. Que, no meu modo de entender, na minha experiência como sindicalista, a sociedade brasileira tem uma dívida, com o movimento dos trabalhadores, no reestabelecimento da democracia no nosso país.

Mesmo essa democracia, que está colocada para nós, ignora totalmente a participação da classe trabalhadora, no restabelecimento da democracia, no nosso país. Uma comissão de fábrica que foi feita, por exemplo, lá em Osasco; a primeira comissão de fábrica...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Djalma, Djalma, posso te pedir um favor? Vem falar aqui na frente, porque agora só tem aquela câmera da internet, e é importante que você fale e a câmera te veja.

**O SR. DJALMA BOM** – Então, a primeira comissão de fábrica, lá em Osasco, nós não podemos deixar de registrar que essa comissão, na constituição da comissão, foi uma trincheira de luta, dos trabalhadores, contra o regime militar. A greve, que o companheiro Ibrahim participou, em 1968, também foi uma trincheira de resistência; como foi, também, a greve dos companheiros, lá em Contagem. Logicamente, dentro desse contexto, eu acho que a gente tem que analisar, e tem que contemplar, também, a dívida que a sociedade brasileira tem, contra o movimento operário, contra os trabalhadores, no reestabelecimento da democracia no nosso país.

Eu vejo, Adriano, que tem que contemplar. Porque, às vezes, nós, trabalhadores somos totalmente ignorados. E, essa dívida histórica, não pode ser ignorada, assim.

Eu me lembro do movimento grevista, que era por melhores condições de salário, melhores condições de trabalho; mesmo a gente, sem ter feito e ter tido uma participação mais organizada de conteúdo político, no andamento desse processo, as greves dos metalúrgicos do ABC - e todas as outras greves - ela acabou sendo, dentro do contexto, pelo reestabelecimento da democracia. Os trabalhadores lutavam por melhores condições de trabalho, e por melhores salários; mas, naquele momento, naquela conjuntura, ela, também, junto com a sociedade brasileira, foram à luta pelo reestabelecimento da democracia.

E não constar, no processo histórico, essa luta dos trabalhadores pelo reestabelecimento da democracia no nosso país - mesmo essa democracia que nós consertamos, que nós achamos que não é uma verdadeira democracia, para nós, trabalhadores -, mas dessa democracia, que foi conquistada, uma grande parcela do movimento sindical tem a sua participação.

Era só isso, Neto. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Eu sou o cara que estraga as palmas, aqui, né.

Só uma pergunta, Adriano; quer passar as coisas, agora, e depois faz a Mesa final, pro pessoal falar um pouquinho?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Acho que sim. Daí, a Amelinha quer falar.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Amelinha, desculpe.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Também quero... Depois da Amelinha, só queria... Como dia 15 vai ser um dia muito importante para vocês, eu queria falar um negocinho.

**A SRA. AMELINHA TELES –** Eu queria cumprimentar a Mesa; todas as representações sindicais; cumprimentar todas as pessoas aqui presentes.

Mas eu queria lembrar o seguinte. O movimento sindical - que vem aqui para construir a verdade, e isso é importante, que esteja articulado, como diz o Stan - não pode esquecer das mulheres. Eu acho que não pode esquecer das mulhers.

Porque, quem fez... A dívida que a sociedade brasileira tem, para com as mulheres que resistiram à ditadura militar; não podemos esquecer o seguinte: que, nos anos 1970, foram as mulheres as primeiras, que foram às ruas. Foram antes dos trabalhadores. Até porque, os trabalhadores, estavam sendo obrigados a fazer horas extras; estavam sendo acidentados. Não esquecer que o Brasil, com esse avanço do capitalismo, durante a ditadura – foi um dos campeões em acidentes de trabalho - e, quantos trabalhadores ficaram encostados, enquanto as mulheres iam pras faxinas, iam pras ruas, e foram fazer a luta contra a alta do custo de vida.

A gente não pode esquecer disso; foram as primeiras que saíram por aí, nas periferias, fazendo o abaixo-assinado. (Palmas.) Foram as mulheres que levantaram o movimento feminino pela anistia; as primeiras que saíram às ruas, para falar em anistia, foram as mulheres. Não se esqueçam disso. Porque, depois é que vieram os estudantes, depois é que vieram os trabalhadores, sindicalistas.

É só pegar a história. Tem uma cronologia. Tem uma cronologia. E tem as mulheres operárias, sem dúvida nenhuma, que nós não podemos esquecer. Mas, as que foram às ruas; as mulheres do custo de vida; as mulheres que foram falar de creche; foram as mulheres que foram buscar posto de saúde; e denunciar toda a Repressão, no seu cotidiano.

Então, eu não posso ver o movimento sindical ignorar; deixar, ausente, mais do que a metade da população, que são as mulheres. E não esquecer que, essas mulheres, estavam inseridas no mercado de trabalho; porque o capitalismo, a mais-valia do capitalismo, foi contra a força do trabalho das mulheres, que recebiam a metade do salário dos homens, para fazer a mesma função. Não esqueçam disso, por favor. (Palmas.)

**O SR. SÉRGIO –** Meu nome é Sérgio, eu sou do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Metroviários de São Paulo, a categoria é nova, de 1974, para cá; mas teve intervenção no nosso sindicato, em 1986.

E a gente; eu também estou aqui, representando o companheiro Pasin, da Fenametro, da nossa Federação Nacional - dos metroferroviários do país -; nós tivemos uma plenária nacional, que a gente decidiu instalar a Comissão da Verdade, em âmbito nacional, nos metroferroviários do país; e, também, no nosso sindicato.

Então, eu estou querendo falar, dia 13 - depois eu quero costurar com vocês, aqui - nós temos um seminário nosso, do nosso sindicato, aqui em São Paulo; e, nesse seminário, a gente vai detonar no seminário, pra lançar a nossa Comissão da Verdade, somando esse esforço.

Depois, a gente quer discutir com vocês, amanhã a gente vai estar aqui – o velho Amaro – companheiro que vocês devem conhecer, ele vem amanhã, nós estamos, aqui, amanhã; e, nesse ínterim, a gente costurar esse lançamento nosso, lá, e discutir juntos.

E, só o que você falou; quando fico meio agoniado, porque eu sou do Rio. Comecei, em 1979, a militância, no movimento estudantil; 1984, movimento operário, oposição metalúrgica do Rio de Janeiro; e passei 1988 em Volta Redonda, até 1993. E comecei a trabalhar no metrô em 1994. Então, de 1994, eu estou como mecânico, no metrô. Mas passei por volta Redonda. A linha de corte, em Volta Redonda, é muito importante.

Os operários William, Valmir e Barroso - que são os três operários assassinados na aciaria, de Volta Redonda - eles foram assassinados por Tropa de Elite. As tropas se posicionaram...

**O SR. –** (Ininteligível. 02:28:53)

**O SR. SÉRGIO –** Execução. Posicionaram no escritório central, do lado de fora da usina; os operários estavam na aciaria, dentro da usina. E a Tropa... Eles foram para o meio da testa – os três – foi no meio da testa. Eu tenho um companheiro... Me arrepia; eu tremo, quando ouço isso.

Então, a linha de corte razoável. Porque a gente vai, até 1984; mas se arrastou, a ditadura, até 1988, claramente; nós, aqui... Em 1988 - nós tivemos intervenção, em 1986 – e em 1988 nossa greve dos metroviários foi brutalmente reprimida; junto, junto; foi no mesmo corte.

Então, se puder, a gente... O recuo histórico, ele tem que ter um momento. E William, Valmir, e Barroso, são os mártires dessa classe trabalhadora brasileira. Era, ainda, a CSN, era de Segurança Nacional; então, está dentro do processo. Aí, é brutal. E tem nome, né, Sarney. Sarney. Tem nome. É Sarney. (Palmas.)

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Bom, um debate desses, você vem falar de sarna, pra gente, cara?

Mais alguém quer falar? Pra não ficar puxando, assim, só pra saber; pra organizar o barraco, aqui, que o Adriano vai...

**A SRA. MARIA ARLEIDE ALVES –** Boa tarde.

Meu nome é Arleide. Eu vim, também, dar um pouco do meu testemunho.

Eu fico feliz, ainda de hoje, após os anos 1970, essa luta está sendo continuada por algumas pessoas de coragem, de fibra, que vem até aqui pra levantar a poeira. Eu gostaria, também, de exaltar a luta das mulheres, que fizeram frente, desde os anos 1970, paralelamente com todos os trabalhadores.

Eu lembro - dos anos 1970 -, eu trabalhava na tecelagem Calux, do qual a gente participava da comissão, da Cipa, na época. E aí, nós organizamos diversas comissões, do qual eram meninas de 15, 16 anos, que participavam dessa comissão. Do qual eu trabalhava 48 horas, nessas fiações, umas máquinas tremendas, que dava pra ver umas menininhas, pequenininhas, naquelas máquinas enormes. Então, muitas delas eram demitidas, porque eram pegas brincando com os toneis.

Então, as mulheres, elas sempre fizeram a história. Sempre participaram da história. Inclusive, depois, do movimento sindical metalúrgico do qual eu participava, que tem um grande número de mulheres, do qual eu faço uma grande homenagem aqui, para a Lúcia Poço, que foi uma metalúrgica que tomou frente; na época, era do Partido Comunista do Brasil; e aí, ela tomou frente dessa luta dos metalúrgicos, também, do qual ela se destacou, dentre quais.

E, também, a luta do desemprego; quanto desemprego, que nós acampamos e que deu um grande reboliço em São Paulo, e teve repercussão a nível internacional. Então, as mulheres sempre estiveram presentes, não contra os homens, mas juntamente com os homens, ali, de párea. Então, eu exalto essa reunião e acho muito importante a participação de ambos, juntamente.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Arleide, grande companheira Arleide. Ela só conta a história dela pela metade. Não, não, pode contar... Você que tem que contar. Não vou contar sua história, não.

Vamos lá. Vamos pros finalmentes, então?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Da minha parte, eu só... Como eu fiz uma pequena pauta, seria bom fazer as considerações finais, falassem o que vocês acharam...

Ahn? Ah, sim, amanhã. Amanhã, então... Primeira coisa, esqueci do Brás, ali. Desculpa. Porque a gente sempre esquece das pessoas mais próximas, né.

Então, amanhã tem um debate aqui; vejam só; aqui, na expressão do Stan, as centrais são relativamente novas, mas tiveram movimentos como os queixadas. Os queixadas são, mais ou menos, padrinhos de Osasco; e, mais ou menos, padrinhos da oposição metalúrgica.

**O SR. –** Sete anos de greve.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Os queixadas de Perus; o pessoal da FNT - Frente Nacional dos Trabalhadores -; o pessoal da ACO; da JOC; da Pastoral Operária; da Oposição; o cinema da sindical do ABC; o Ibrahim vai estar - também, amanhã, como osasquence - falando. Talvez o Tigrão venha - está com problemas de saúde – mas talvez venha, também. Então, são dois diretores do sindicato, de 1968; é isso? Esse é um debate, amanhã.

Está previsto, dia 18 - só pra falar - de maio, o negócio do Olavo; tem uma reunião, às 18h, amanhã, para discutir isso. Não sei se eu estou esquecendo alguma coisa. Não?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Dia 15, todo mundo aqui está convidado, pelo menos?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Dia 15, é o quê?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Que vocês organizaram esse negócio da Comissão Nacional. Está todo mundo envolvido? Esse documento...

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Ah, não. Dia 9, na CUT, às 14h, é reunião das centrais. Dia 15, pelo que eu entendi, está no escritório da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Está tudo certo, isso?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Eu dei informação direta. Ela deu do Solaney; tá? Temos que ver como nós vamos participar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Além da CUT, os outros, todos, estão envolvidos?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Isso. Sim. Não, eu falei com o Vagner, com o Juruna. Não, Rogério, vocês estão sabendo. Vocês estão sabendo. O Mancha, o Ibrahim. O GT. A gente se entende. Agora, tem que ver, Adriano, como a Comissão participa disso. Agora, o pessoal, a gente tem que ver no encaminhamento com eles, depois.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Depois a gente vê isso. Vamos lá.

**O SR. –** As entidades não sindicais, como as nossas, podem participar dessa reunião?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Isso que eu não sei.

**O SR. –** Não; a reunião do dia 9.

**A SRA. –** Eu acho que são as centrais, né?

**A SRA. MARISTELA MONTEIRO PEREIRA –** As centrais. Eu sei dos convites que foram enviados às centrais, pela CUT. E, no dia 15, quem está fazendo a convocação é a Comissão Nacional da Verdade das centrais.

**O SR. –** Mas nós podemos participar da reunião, do dia 9, na CUT?

**A SRA. MARISTELA MONTEIRO PEREIRA –** Olha, como o Solaney disse que eu podia divulgar isso aqui, eu não vejo problema. Mas o que eu sei é assim, que a CUT mandou os convites para as centrais. Tá ok?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Deixa o Brás falar, Adriano, para depois continuar? Acho que é a única pessoa, da plateia, que quer falar.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ô Brás. Pega o microfone. Fala aqui.

**O SR. BRÁS** – Bom dia, companheiros da Mesa. Bom dia aos companheiros do plenário, vários suplentes, aqui presentes.

Eu não poderia deixar de deixar registrado a minha participação aqui nesse evento de hoje. Os companheiros do ABC, o Portugal, Djalma Bom. O Djalma Bom era funcionário da Mercedes e eu era da Volks. Aí eu fui coordenar lá; esse posto, aqui em São Paulo, virei prático, em 1985, e elegemos, lá, o deputado. Nem sei se era deputado, era vereador, vereador, em 1986; como é que é o nome dele? Tem um fusquinha, velho, lá. Mas naquele fusquinha tem tanto panfleto do Adriano, os filhos dele fazendo a campanha do Adriano. Meu Deus do céu, uma loucura.

Então, os companheiros Neto; metalúrgico Stan; o meu presidente da ANAP de São Paulo. Eu queria deixar registrado isso, aqui, porque é um passado de luta, e a gente presente, hoje. Companheira Nádia, aqui, a nossa assessora, viúva do nosso companheiro falecido, Arsênio; Arsênio era do sindicato dos Práticos; não, ele era Químico; ele era funcionário dos Práticos, na época; era assessor, da assessoria.

Eu acho que, todo esse pessoal, aqui, quando eu venho pra São Paulo – que eu fui expulso do ABC, em 1980, na greve de 1980, de 41 dias, nossa senhora, eu não sabia que meu nome estava enquadrado, lá, nas listagens do pessoal das prisões, não sei das quantas.

E essa semana, também, teve um debate muito bom, né, no ABC, padre Rubens; até os padres, naquela época, lá, era preso, torturado. Só pra dizer, o padre teve cinco prisões. Nosso padre. Aí o Romeu Tuma, o Tuma: “È, que partido é você?” Digo: “PC, é o Partido Cristão”.

Então, só uma historiazinha aqui, pro Ibrahim, que ele não sabe, né? Quando ele veio pra São Paulo, depois foi preso, exilado; veio pra umas associações, lá, pra ter um lugar pra dormir, nós se reunia, lá, e fazia oposição aos pelegos, aqui. Mas foi difícil aquela época, né, Ibrahim? Então, a gente agradece aquele apoio que você deu pra nós, naquela época. Todos os companheiros, aqui, metalúrgicos, que trabalharam; que não foi fácil tirar aquela pelegada, aquele cara, lá, tinha mais de 20 anos que ele estava, lá; só fazia o que o Governo mandava.

E, tinha outra coisa, meu patrão era o Dilson Funaro, ministro da Fazenda. Aí, os companheiros, lá, falavam: “Rapaz, tu é doido, quem manda nesse sindicato, aqui, é o Dilson Funaro”. Então, é por isso mesmo que eu vou entrar, para fazer oposição pra ele. Entramos pro sindicato. A firma do Funaro, tinha 80% da firma, é da mulher, né. Aquele homem era terrível. Mas era Deus no céu, Funaro na terra. Sabe quanto que ele dava, de almoço e janta, pras mulheres? Quinze minutos. Eu falei, mas aí, é por isso que eu vou brigar com esse ministro, aqui, viu. Mas não deu outra. Fizemos uma greve, lá dentro, nossa senhora! Foi uma repressão, foi lá que eu perdi o meu contato... Ah, mas o Brás era tão pacato, Matusalém. Ô Ibrahim, tu lembra do Matusalém? O Brás era tão pacato, foi fazer uma greve, ele tá meio preto. Aí, ele falou assim, você tá dispensado, vai pra tua casa, não volta mais aqui.

Muito obrigado, pra vocês. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado, Brás. Grande Brás.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Adriano; só dar uma informação?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** A ideia é só da Mesa, Augusto. Todos da Mesa têm algum tempinho; é isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Deixa o Augusto falar, que ele precisa ir embora.

**O SR. AUGUSTO PORTUGAL –** Aqui é jogo rápido, que eu já falei o que eu tinha que falar. Só dizer que, anexo ao documento do 7º Congresso do Sindicato, tem a carta, aprovada pela Câmara Municipal de São Bernardo, da Sessão Solene da Câmara, por ocasião dos 32 anos da Lei 6683/79, que nós questionamos; e que se chama “Carta do ABC pela Verdade, Memória, Justiça e Reparação”.

Eu queria só mencionar, porque foi aprovada em uma Sessão Solene da Câmara Municipal de São Bernardo, num ato político realizado com apoio institucional da Câmara, e das nossas entidades de luta pela anistia. Só isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ruth.

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Prefiro aquele outro, ali, por favor.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Dá o microfone sem fio, por favor, pra Ruth falar?

**A SRA. RUTH COELHO MONTEIRO –** Bom; quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de participar aqui, falando - em nome da central Força Sindical - ao presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, o deputado estadual Adriano Diogo. E a todos os companheiros e companheiras que estiveram aqui, presentes, nos ouvindo.

Eu queria aproveitar essa fala final para colocar uma questão que eu havia anotado para falar, e acabei não falando durante a minha fala; mas que foi a participação dos EUA nisso tudo.

Eu acho que, de Estado para Estado, um Estado democrático deve pedir, também, reparação a outro Estado. Eu acho que os EUA devem desculpas, e muito – pública - ao povo brasileiro pela sua intervenção, indevida, na nossa história, e por tudo que foi, na verdade, essa ditadura. É claro que é uma coisa assim, “nossa, imagina, a gente falar contra”. Mas é verdade, nós temos todas as comprovações da história, da interferência de vida de um país sobre o outro. Então, isso feriu a autonomia das nações; isso feriu a soberania do país; isso feriu um monte de coisa.

Então, eu acho que essa Comissão Nacional da Verdade, de alguma forma, também tem que tocar nessa questão. Eu acho que é importante, porque os cônsules, na verdade, nesse período eram agentes - agentes secretos -, treinavam os nossos militares. E eu acho que, isso não pode deixar assim, também, como se não tivesse acontecido, como não tivesse passado nada.

Encerrando, concluindo, eu acho importante que a gente tenha, conosco, essa obrigação de continuidade da luta que esses companheiros iniciaram lá atrás; porque isso é uma continuidade, para nós do movimento sindical; é uma continuidade, e uma obrigação moral, até, com aqueles que sofreram essas torturas, essas perseguições, as demissões, as prisões, os assassinatos. Para que, pelo menos, o sacrifício deles tenha valido a pena. Não tenha sido em vão.

E, além disso, eu acho que para que a gente seja como nós queremos - os verdadeiros agentes da construção da história - a gente precisa resgatar essa memória, resgatar essa verdade, resgatar essa história; porque, sem isso, sem que a gente valorize a nossa própria história, a gente não tem como ser agente dessa história. Porque, daí, nós estamos tratando com histórias falsas, histórias pela metade; e com outros agentes da história.

Então, eu acho importantíssimo esse nosso - vamos chamar - movimento, e que ele não fique só entre nós. Que a gente tenha, realmente, uma ampla divulgação; porque a gente sabe que a imprensa não vai fazer isso; mas nós temos imprensa sindical; vários sindicatos, agora, já têm até canal de televisão, têm rádios; então, que a gente use a nossa própria imprensa, além das públicas, aqui, como da Assembleia Legislativa podendo transferir, também - agradecemos muito estar sendo transmitido pela internet -; mas, utilizar, realmente, os meios de comunicação que nós temos à nossa disposição, para colocar esse nosso trabalho, visível, para o maior número da população, em geral.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Você vai fazer uma fala?

**O SR. LUIZ CARLOS PRATES –** Também queria agradecer mais uma vez ao Adriano Diogo, ao Neto e a todos que organizaram essa atividade. Sempre é um prazer a gente poder, aqui, estar debatendo, conversando, com vários companheiros na Mesa, o Ibrahim, velhos companheiros, no plenário, como o Waldemar Rossi, que acabou de acordar, ali, né Waldemar; junto com o Cipó, todos os companheiros, aqui; é um prazer muito enorme a gente estar podendo fazer esse debate, e podendo manter acesa a luta pela reparação, pelo fim da impunidade.

As propostas que foram apresentadas aqui, inclusive a sistematização do Neto, nós temos acordo.

Eu queria só fazer um reparo, alguém falou do problema da anistia ampla, geral, e irrestrita, que a anistia não deveria ser assim; até porque para a gente resgatar um pouco a história. A anistia ampla, geral, e irrestrita, que nós reivindicamos, em todo o movimento operário, o movimento da esquerda – nós sempre reivindicamos anistia ampla, geral, e irrestrita – mas ela não era recíproca. Estava, sempre, acompanhada da punição para os torturadores. Então, anistia ampla, geral, e irrestrita, era um termo – por que, na época, se falava de uma anistia, mas não anistia para aqueles que tivessem pego em armas; ou aqueles que estava exilados... Isso, derramamento de sangue... Então, o termo “anistia ampla, geral, e irrestrita”, era para pegar absolutamente todos os lutadores, contra o regime militar, independente da sua opção política, partidária, inclusive de formas de luta.

Agora, os torturadores, ninguém, na época, teria coragem de dizer que teria que ter anistia aos torturadores; e anistia aos militares. Nem sequer eles falavam. Isso foi fruto, depois, de um acordão que - aqueles que lutaram pela anistia, que os comitês de base pela anistia, os comitês brasileiros pela anistia, que se espalharam por todo o país - nunca, ninguém, concordou com essa anistia. Ainda que, ela trouxe os lutadores, trouxe as pessoas que estavam no exílio, e tal.

Então, do ponto de vista histórico, nós não abrimos mão desse termo. Esse termo foi usado de maneira correta, justa. Agora, a lei que foi promulgada não teve o apoio de todos os setores democráticos, que, na época, faziam essa luta.

Então, queria fazer essa observação; e, também, pegando a ideia do Stan, eu queria fazer uma proposta, ver se era possível; que eu tentei, aqui, redigir uma nota bem breve, curtíssima, sobre o episódio dos militares. Da manifestação que eles fizeram, em 31 de março, eu acho que era importante se a gente conseguir fazer uma resposta, ainda que curta; limitada. Uma primeira. Que seria a seguinte:

“As organizações e centrais sindicais, reunidas em audiência pública da Comissão da Verdade de São Paulo, na Assembleia Legislativa, querem manifestar seu veemente repúdio às declarações dos presidentes do Clube militar, Clube Naval e Clube da Aeronáutica em defesa do Golpe Militar de 1964.

Essas declarações são uma afronta ao povo brasileiro, e aos milhões de trabalhadores mortos, torturados, presos, perseguidos, demitidos pelo regime militar; e, também, às liberdades democráticas duramente conquistadas.

Exigimos a apuração de todos os crimes da ditadura militar; a responsabilidade das empresas na repressão aos trabalhadores; bem como a punição dos torturadores e seus mandantes, para acabar com a impunidade que permite essas absurdas posições”. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Então, vamos indo para os finalmente. Primeiro, eu queria o seguinte; embora dia 15, agora, vai ser um dia muito importante para o movimento sindical...

Belíssimo esse aplauso. Fechou bem, Mancha, como sempre...

O dia 15 de abril, agora, é um dia importante para vocês, porque, praticamente, é a primeira vez que a Comissão da Verdade, graças ao trabalho de vocês, reconheceu a existência dos trabalhadores. Então vai ter o depoimento. E a nossa companheira, Rosa Cardoso, abriu essa porta. Eu acho que é importante.

Mas, à noite; eu queria fazer um convite. O Governo brasileiro, depois de muito tempo, é evidente, está reconhecendo todas as consequências da tortura, e todas essas questões que sobraram com o processo de privação de liberdade.

Então, aqui na Assembleia, no dia 15, à noite, o Ministério da Justiça, a nossa Comissão, e outros grupos, vão lançar um projeto. Um projeto já aprovado, apresentado, de tratamento psicológico e psiquiátrico às vítimas da ditadura, seus familiares, enfim.

E vai ter um projeto, que vai ser o das clínicas do testemunho; e outro, lá no Sedes Sapientiae, que vai ser lançado na terça.

Aqui, na segunda, vai ser apresentado pelo Ministério da Justiça, com os profissionais de saúde, um projeto contratado - só para vocês terem uma ideia, na Argentina esse projeto já tem mais de 20 anos - e, agora é que chegou aqui no Brasil. Então, eu queria convidar todo mundo, se puderem; saber do que se trata esse projeto, e como as pessoas, que ainda têm problemas decorrentes desse período, podem acessar um tratamento digno.

Eu queria só falar, um pouco, para encerrar. Eu acho que essa... Viu, Neto, queria te agradecer enormemente; a sua persistência em organizar; e a CUT ter levado essa pauta para a presidente da República. A CUT ter assumido a Comissão da Verdade, foi uma coisa importantíssima.

Só queria dizer o seguinte: o movimento sindical, ainda é o lado são – é o lado são - dos partidos políticos, e da política, no Brasil. Os partidos políticos, praticamente, não têm a Comissão da Verdade, e a memória política, como a sua pauta do dia a dia. Mesmo nos grandes partidos, e tal, que contribuíram, na sua formação, para o fim da ditadura, essa questão da memória política é vista, ainda, como coisa de pessoas problemáticas, recalcadas, com problema de revanchismo. Eu costumo dizer que revanche é válida, né, Ivan; o que não pode ter é mata-mata. (Risos.)

Então, eu estou fazendo essa fala, para dizer que eu acho que essa fala do Stan, aqui, foi instigante. Que, se o movimento sindical – os diversos agrupamentos do movimento sindical -; pessoas históricas, e importantes na vida de todos nós; que está aqui hoje, o Ibrahim, segurando uma reunião com essas características; e toda essa juventude, por exemplo, o pessoal - eu tenho que falar de público - o PSTU/Conlutas é o grupo político que mais encaminha, dessa fase mais nova, a questão da memória e da reivindicação; esse trabalho do Neto, da oposição sindical; a presença do Waldemar Rossi aqui, hoje.

Eu queria dizer, principalmente aos companheiros, por exemplo, os companheiros ligados ao PCdoB - da CTB -, quão difícil é, para a gente, conviver sem a reivindicação da luta do Araguaia, e da memória do Araguaia, e dos combatentes do Araguaia. (Palmas.) Eu não me conformo. Nós fizemos a sessão, em Bauru, sobre a família Petit; e a dificuldade dos partidos políticos se engajarem; uma enorme dificuldade.

E aí, como diz o outro, não tem santo; em todo lugar que você vai é aquela dificuldade. Então, eu acho que o movimento sindical, que é a verdadeira face da luta de classes; porque, lógico, o Golpe do Brasil foi um golpe do imperialismo associado à luta de classes; e os trabalhadores foram o principal alvo, em 1964. Teve essas características, da reversão de um processo.

E o companheiro Azenha - que foi condenado, essa semana, pela TV Globo - trouxe aquela contribuição enorme, que é a gravação do Lyndon Johnson discutindo com o Vernon Walters, dirigindo o Golpe; como dirigir os porta-aviões de Aruba, para vir para a costa brasileira; enfim, aquela coisa toda.

Então, companheiros, existe a necessidade, urgente, de os sindicalistas, dos trabalhadores, do pessoal do movimento operário, do movimento sindical, pegar essa causa da Comissão da Verdade.

E, às vezes, aparece esse negócio da Comissão da Verdade, é uma coisa de chapa branca, e tal. Não, Comissão da Verdade tem que ser entendida como um movimento, como foi o movimento pela anistia.

A gente tem que pegar essa bandeira da Comissão da Verdade, e dizer quem foram os torturadores; o que eles fizeram; onde estão os nossos mortos e desaparecidos; e quem é que vai ser punido. Eu sempre faço uma comparação. É a mesma coisa que, na Alemanha, os caras falassem assim: “Não, o Tribunal de Nuremberg só vai ser implantado daqui a 49 anos”. É como nós estamos, aqui, há 49 anos do Golpe, na semana do Golpe, e ainda tem cara que fala que não teve Golpe; que não teve Repressão; que não teve nada disso.

A TV Globo até que deu uma contribuição; no dia 1º de abril passou o filme Tropa de Elite II - que é a versão moderna, da repressão contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro. Então, vamos aproveitar, e passar um trechinho do filme do Hércules.

Hoje à tarde nós temos alguma coisa?

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não. Só uma coisa. A nota, os companheiros que trabalham com vocês na Comissão; foram tirar xerox para todo mundo. Mas todo mundo já assinou, aqui. Ninguém fugiu da reta. Está assinada, já, e vocês encaminham para a imprensa.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Eu acho que essa nota sairia até como produto público, viu, Thaís, como da reunião de hoje. A face pública da reunião de hoje, é a aprovação dessa nota, assinada por todos estes companheiros e companheiras. (Palmas.)

Vai lá. São só cinco minutos - o filme. A gente senta lá e assiste.

E a luta continua. Viva a luta dos trabalhadores.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Adriano. É que ficou desigual. Você quer falar alguma coisa, a Nilza, o Stan? O Ibrahim e o Stan.

**O SR. -** Fala, Ibrahim. Só pra encerrar, o Ibrahim.

**O SR. JOSÉ IBRAHIM –** Olha, gente, o seguinte. Eu acho que uma coisa nós temos que ter claro. Que as consequências do Golpe, as sequelas de 21 anos de ditadura, não são fáceis da gente superar; e ainda vai demorar. Eu acho que nós temos uma longa caminhada, aí, a fazer, pra gente, realmente, reconstruir tudo que foi destruído, nesse tempo todo, pela Repressão; por tudo que aconteceu, e infelicitou o nosso povo. Então, por isso, a necessidade da continuidade da luta.

Nós, que somos um pouquinho mais velhos; mas aqui nessa Mesa não tem ninguém aposentado, não. Está todo mundo na ativa. Nós, que somos mais velhos, nós continuamos aí, até onde der, essa é a convicção de todos nós, e de muitos outros companheiros que aqui não estão; mas a gente tem que puxar os mais jovens; nós temos que fazer com que cada vez mais gente participe dessa luta; porque tem muito, ainda, que se fazer.

Eles destruíram o nosso movimento sindical; debilitaram todas as forças políticas; a esquerda armada foi dizimada; o movimento camponês foi totalmente desarticulado; o movimento estudantil. E só por isso que foi possível, depois, o acordão, o movimento da anistia. Nós não conquistamos, porque nossas forças estavam muito debilitadas; e tinha muito, ainda, companheiros presos. Por isso que eles fizeram isso.

Mas nós não somos obrigados a engolir isso aí, não. Então, é por isso que nós temos que continuar batalhando. E é ótimo, que todos nós, aqui, estamos totalmente de acordo com o que tem que fazer. O compromisso de todo mundo, aqui, em trabalhar junto com a Comissão da Verdade e ampliar, cada vez mais, essa questão entre nós - entre os trabalhadores.

Então, isso aí é muito bom; mas isso não deve ser monopólio das centrais sindicais, não. Eu acho que as centrais sindicais têm obrigação de estar; como estamos. Mas isso aí é da responsabilidade do conjunto; do movimento sindical e o operário; desse país. Tem muita coisa organizada, fora das centrais sindicais, e que são, igualmente, muito importantes.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Só mais cinco minutinhos, a gente assiste ao filme...

Stan. Stan.

**O SR. STANISLAW SZERMETA –** Eu queria parabenizar a memória; a Comissão da Verdade aqui do Adriano, montada aqui na Assembleia.

E eu queria dizer que - como militante de base - eu queria dizer o quanto é importante as centrais sindicais estarem nesse projeto; estarem num momento, importante, de avanço da luta dos trabalhadores.

Agora, eu queria colocar mais uma coisa. Eu acho que eu queria me sentir, nesse processo todo, um latino-americano. Eu queria dizer o quanto é importante, nesse avanço das centrais, a gente se relacionar com essa América Latina, porque nós temos tanta luta conjunta; e nós temos que aprender - com os argentinos, com os chilenos - como eles traduziram esse processo de punição dos militares; como eles conseguiram, realmente, avançar nesse processo de luta. Inclusive, estreitar esses laços. Nós não podemos ficar isolados.

Tem aí o Projeto Condor. Tem toda uma unificação, que os militares fizeram, para nos derrotar. Essa derrota nossa não foi uma derrota qualquer. Foi uma derrota latino-americana. Então, eu gostaria de me sentir, nessa recomposição da luta, latino-americano. E que esses companheiros da Argentina, do Uruguai, do Chile; quando nós tivéssemos de avançar nesse processo de enfrentamento, eles também estivessem presentes; para, inclusive, passar essa experiência. Que na anistia já tem isso, mas o movimento sindical tem que incorporar isso.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado. Muito obrigado. Boa, Stan. Maravilhoso.

Vamos lá, então, assistir ao filme – o trailer do filme.

E aí a sessão está encerrada.

\* \* \*

É feita a exibição do filme.

\* \* \*

\* \* \*